



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA E BACHARELADO EM**  
**CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IVAN GADELHA ESPIRITO SANTO**

**A COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DO IPECAÇU DA RDS AMANÃ:**  
**religião, política e a questão ambiental**

**BELÉM**

**2013**

IVAN GADELHA ESPIRITO SANTO

**A comunidade de São João do Ipecaçu da RDS Amanã: religião, política e a questão ambiental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado Pleno e Bacharel em Ciências Sociais com Ênfase em Antropologia na Universidade Federal do Pará.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Edna Ferreira Alencar

BELÉM  
2013

## **Ficha Catalográfica**

IVAN GADELHA ESPIRITO SANTO

**A comunidade de São João do Ipecaçu da RDS Amanã: religião, política e a questão ambiental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado Pleno e Bacharel em Ciências Sociais com Ênfase em Antropologia na Universidade Federal do Pará.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Edna Ferreira Alencar

Data da Avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_ Orientadora

Prof<sup>ª</sup> Dra. Edna Ferreira Alencar

Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília

\_\_\_\_\_ Examinador

Prof<sup>º</sup> Dr. Flavio Leonel Abreu da Silveira

Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BELÉM

2013

*Dedico esse trabalho a toda minha família e  
ao meu Amigo e irmão Diego Ramiro  
Monteiro, pela importância de sua companhia  
mesmo longe e por tudo que me ensinou,  
mesmo sem saber.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a todas as pessoas de minha família: minha Tia/Mãe Tereza, pelo abrigo, carinho, sustento. Pela heroína que mostrou ser ao longo de sua vida e todas as horas de alegria que me pode proporcionar, pois sem ela nada disso estaria acontecendo. Meus irmãos David Nelson e Deborah Gadelha, que sempre me fazem ser melhor, pois são exemplos de luta no entorno de conflitos onde só eles são capazes de superar, sempre me ensinando a viver. Minha Tia Lourdes que com o sorriso de mãe demonstra seu carinho e com aquele grito de Pai foi quem me fez ver o lado ruim das ruas, e por isso, também hoje está aqui. Ao meu Pai Irineu que, teve a coragem de nos trazer de um lugar distante e nos apresentou às pessoas mais maravilhosas do mundo, além de toda sua contribuição durante minha graduação, sempre disposto a ajudar. A meu primo/irmão Alex que, mesmo com todas as discussões, sempre provamos que o perdão é a melhor arma para que a paz possa existir. A todos os outros de minha família que não citei aqui, mas que de alguma forma contribuíram.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos que, de alguma forma, contribuíram para esse trabalho: Tainara Dias, Diego Ramiro e Taciane Lima, que muitas vezes foram compreensíveis com minhas ausências em momentos difíceis e de alegrias também. A minha amiga e irmã Patrícia Ferreira junto a sua família, que ao meu lado nunca deixou que a palavra “desistir” tomasse conta de mim, me ensinando a estudar como nenhum outro professor havia me ensinado, e no momento que mais precisei. A minha sempre amada amiga Lucila Vilar, que esteve no momento mais importante desse trabalho, desde o início até agora no final, se propondo a sentar ao meu lado e dizimar as dificuldades que perturbavam, na época da construção do projeto, e que gerou a minha pesquisa, sou muito grato e nunca vou esquecer.

Ao grande Mestre Carlos Dias, que possui um coração de pai e amigo depositando confiança quando precisei.

À Priscila Serfaty, que repôs um vazão nas tardes de trabalho, com um sorriso e um toque de correção.

À Adriana Abreu, que nos momentos antes de ida a campo esteve me lembrando e ajudando nos detalhes e que sem ela eu não iria perceber. Como minha orientadora dizia: “mãe Adriana” sempre ajudando.

À Viviane Gaia, que suportou um chato e estressado ao seu lado, mesmo sabendo que o tempo era curto, compreendendo as minhas ausências também.

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) que através do Grupo de pesquisa “*Territorialidades, Identidades e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas*”, liderado por Edna Ferreira Alencar e Isabel Soares de Sousa, me deu a oportunidade de realizar a pesquisa de campo, abrindo horizontes antropológicos e novas perspectivas em minha vida, não somente acadêmica, mas também pessoal.

Às pessoas e profissionais do Programa de Manejo de Pesca (PMP) que estavam trabalhando na realização de assembleias de avaliação de projetos de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidos por pescadores da área urbana e das comunidades das RDS Mamirauá e Amanã, e que pude acompanhar no deslocamento até a área de pesquisa, me deram apoio, não somente técnico, mas também emocional durante as viagens: Nerinho, Jonas, Josué, Ruitter, Saide e todos os outros que estiveram presentes. Também quero agradecer a Mercês, funcionária do IDSM, que foi maravilhosa em me ajudar nessa pesquisa, que me indicou o caminho para encontrar o maior número de pessoas que atuaram no MEB e que tinham envolvimento com meu objeto de estudo.

A Gerôncio Catulino de Souza e sua família, ele ex-vice-presidente da comunidade de São João do Ipecaçu, que me abrigou por sete dias em sua casa, onde nos deu todo suporte e auxiliou em informações primordiais para essa pesquisa. E a todos as pessoas das cidades e das comunidades: Francisco de Lima, José Luis, Protásio, Elizabete Gama, Maria Mercês, Rosanildes Oliveira, Fernando Pinho, Maria Luziliana, Manoel das Chagas (Nego), Marli das Chagas Valdir e Erli das Chagas, e todos os que de alguma forma contribuiu para o andamento da pesquisa, que permitiram gravações e as fotografias autorizadas.

Por fim, gostaria de agradecer, em especial, a minha professora e orientadora Edna Alencar, que mesmo quando sua paciência parecia esgotada, mostrou toda sua competência nas orientações com muita tranquilidade. Além de ser a professora que me fez escolher a ênfase Antropologia em virtude de suas aulas, de seu conhecimento e comprometimento com a graduação, também abriu as portas da pesquisa para que eu pudesse realizar esse trabalho.

Obrigado a todos!





*“Plantem para vocês, para os outros e  
para os bichos”*

***Irmão Falco***

SANTO, Ivan G. Espírito. **A comunidade de São João do Ipecaçu da RDS Amanã: religião, política e a questão ambiental.**

### **Resumo**

Este trabalho de conclusão de curso pretende analisar o percurso histórico das atuações de instituições religiosas no Setor Coraci, localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, no Estado do Amazonas, observando a influência dessas instituições em relação ao trabalho desenvolvido nas áreas de preservação ambiental, política, educação, formação de comunidades, formação de setores, na relação homem e meio ambiente. A análise se baseia em entrevistas realizadas com pessoas residentes nas cidades de Tefé, Álvaroães, e moradores das comunidades do Setor Coraci, tendo a comunidade do São João do Ipecaçu como referência. O objetivo é mostrar a atuação das instituições em relação à formação de comunidades e dos setores, ação de educação e preservação ambiental. Baseia-se em um referencial teórico que respalda a hipótese de quanto a religião foi importante no contexto de vida das comunidades pesquisadas. Dentre as instituições destaca-se a atuação da igreja católica, através do Movimento de Educação de Base (MEB), a figura de Irmão Falco, entre outros. Para trabalhar conceitos centrais como a sustentabilidade, comunidade, Teologia da Libertação e a atuação do MEB na Amazônia, foram utilizados como referencial teórico: Diegues (2001); Keith Tomas (2010); McCormick (1992); Moscovici (2007); Henrique Dussel (1997); Marise Reis (2005); Débora Lima (1997,2005) Edna Alencar (2007, 2008, 2009, 2010), além de outros autores que nos auxiliam na elaboração da pesquisa.

**Palavras-chaves:** Conservação Ambiental, MEB, RDSA, São João do Ipecaçu, Irmão Falco.

SANTO, Ivan G. Espírito. **A comunidade de São João do Ipecaçu da RDS Amanã:** religião, política e a questão ambiental

### **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to analyze the historical performances of religious institutions in Sector Coraci, located on Sustainable Development Reserve of Amana in Amazonas State, noting the influence of these institutions in relation to the work done in the areas of environmental preservation policy education, community building, education sectors, in the man and the environment. The analysis is based on interviews with people living in the cities of Tefé, Alvarães, and residents of communities Sector Coraci, and the community of São João do Ipecaçu reference. The goal is to make clear the activities of institutions in relation to the formation of communities and sectors, action education and environmental preservation. It is based on a theoretical reference pointing and supports the hypothesis of how religion was important in the context of life in the communities surveyed. Among the actions of the church, highlights the activities of the Catholic Church, through the Base Education Movement (MEB), the figure of Brother Falco, among others. To work the core concepts such as sustainability, community, liberation theology and the performance of the MEB in the Amazon, were used as theoretical: Diegues (2001), Keith Thomas (2010), McCormick (1992), Moscovici (2007), Henry Dussel (1997); Marise Reis (2005), Deborah Lima (1997.2005) Edna Alencar (2007, 2008, 2009, 2010) and reports prepared by the Prelature of MEB Tefé (1962, 1991, 1998). In addition to other authors who assist us in developing the survey

Keywords: Environmental Conservation, MEB, RDSA, São João de Ipecaçu, Irmão Falco.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 01:** Marli das Chagas e José Mendonça (Vange).

**Figura 02:** Mapa da divisão política da RDSA.

**Figura 03:** Irmão Falco na Pastoral da Solidariedade (Seminário). Fonte: Centro Ir. Falco em Tefé

**Figura 04:** Local onde Irmão Falco cavou o primeiro poço em São J. do Ipecaçu.

**Figura 05:** Igreja de São João. Localizada na comunidade de São João do Ipecaçu.

**Figura 06:** Calçada da comunidade São J. Ipecaçu.

**Figura 07:** Igreja Adventista do Sétimo dia, localizada na comunidade de Matusalém no setor Coraci

**Figura 08:** Igreja Assembléia de Deus na Comunidade de Novo Canaã.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**MEB:** Movimento de Educação de Base

**IDSM:** Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

**RDS:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável

**RDSA:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

**RDSM:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

**GPD:** Grupo de Preservação e Desenvolvimento

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**CEBs:** Comunidades Eclesiais de Bases

**SAR:** Serviço da Assistência Rural

**CPT:** Comissão Pastoral da Terra

**CNBB:** Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

**RESEX:** Reserva Extrativista

**IBAMA:** O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

**SNUC:** Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**IPAAM:** Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

**CEUC:** Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2.</b>	<b>A QUESTÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XX E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA</b>	<b>19</b>
<b>2.1.</b>	A questão da degradação da natureza e os movimentos ambientalistas	19
<b>2.2.</b>	A sustentabilidade	24
<b>2.3.</b>	A Igreja Católica e a Teologia da Libertação	27
<b>2.4.</b>	A atuação da Igreja Católica na Amazônia no século XX e o Movimento de Educação de Base (MEB)	30
<b>2.4.1.</b>	A chegada o MEB no Médio Solimões, Amazonas	32
<b>2.5.</b>	A formação das Comunidades e a organização dos Setores	38
<b>2.6.</b>	A Igreja Católica, e a questão da Conservação Ambiental: surgimento do GPD	45
<b>2.7.</b>	Irmão Falco: um pouco de sua história	49
<b>3.</b>	<b>A CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS</b>	<b>54</b>
<b>3.1.</b>	AS RDS e as ações de conservação de recursos naturais	54
<b>4.</b>	<b>A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO SETOR CORACI</b>	<b>59</b>
<b>4.1.</b>	A relação entre o homem e a natureza: a importância da religiosidade nessa convivência	62
<b>4.2.</b>	A atuação das Igrejas Evangélicas no Setor Coraci e o tema da conservação ambiental	64
<b>5.</b>	<b>A COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DO IPECAÇU</b>	<b>67</b>
<b>5.1.</b>	A formação da comunidade e seu perfil atual	67
<b>5.2.</b>	A formação de novas Comunidades Evangélicas e Pentecostais no setor Coraci	73
<b>5.2.1.</b>	A Comunidade de Matusalém	74

5.2.2.	A Comunidade de Novo Canaã	75
5.3.	As igrejas evangélicas e a questão ambiental	76
6.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	78
7.	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	81

## 01. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o resultado de pesquisa realizada em janeiro de 2013 junto a Comunidade de São João do Ipecaçu, situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, localizada na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. O objetivo desse trabalho é conhecer como as Igrejas (Católica e Evangélica) se posicionam em relação às políticas de conservação de recursos naturais; identificar de que maneira as questões ligadas à conservação de recursos naturais foi, e está sendo, trabalhada ou não por lideranças religiosas e como aconteceu esse trabalho; identificar se algumas práticas de manejo de recursos naturais propostas inicialmente pelo MEB estão sendo trabalhadas por outras igrejas presentes nas comunidades; identificar as mudanças ocorridas no comportamento da população em relação a forma como se relacionam com seu ambiente, a partir da chegada do catolicismo, evangélicos protestantes (Adventista do Sétimo Dia) e do pentecostalismo (Igreja Pentecostal Assembléia de Deus) na região. Alguns dos objetivos previstos no projeto anterior a pesquisa de campo, não foram adiante pelo percurso que o trabalho foi tomando, pois questões observadas durante a pesquisa de campo se mostraram mais relevante que aquelas levantadas anteriormente, provocando um pequeno desvio no percurso antes traçado. Algumas hipóteses levantadas antes da visita a campo:

1. Os modelos de integração social, religiosa e de manejo dos recursos naturais propostos pela igreja Católica, desenvolvidos pela ação de catequização feita através do MEB, tinham como orientação ideológica a Teologia da Libertação que pregava uma atuação dos religiosos para trabalhar questões de cunho sociopolítico, cultural, e religioso. Isso facilitou a aceitação da proposta ambientalista proposta pelo IDSM (Reis 2005; Lima 1999).

Os novos modelos de atuação religiosas estão trabalhando de maneira diferenciada a questão da conservação dos recursos naturais? Podem, mais tarde, influenciar no processo de integração dessas comunidades gerando conflitos e criação de novas comunidades e alterando a integração homem e natureza?

2. A chegada de outras instituições como os protestantes e pentecostais tem alterado os modelos culturais já existentes nas comunidades? Em particular aqueles que são herança da tradição cultural de origem ameríndia, marcada por uma maneira de perceber e

representar o mundo natural que estabelece uma relação de contiguidade entre humanos e a natureza, e pela observação de seus ciclos?

O manejo é algo que depende diretamente do homem e de sua relação com o meio ambiente, ou seja, essa compreensão poderia estar sendo alterada devido a novos dogmas que descaracterizam rituais tradicionais.

3. A ética protestante aflora de maneira mais forte com a participação de pessoas ligadas a estas igrejas em projetos de manejo de recursos, movidas por interesses financeiros, e não por uma preocupação com a preservação em si? Assim a religião afeta diretamente a questão do manejo de recursos naturais nessa região, desde a chegada do catolicismo até as mais novas formas de religiosidade.

A pesquisa foi realizada em três Comunidades situadas na região do Paraná do Coraci, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, mais especificamente com moradores de: São João do Ipecaçu, Matusalém e Nova Canaã, e também envolveu entrevistas realizadas com pessoas que residem nas cidades de Tefé e Alvarães, e nas comunidades de São Raimundo do Jarauá (RDS Mamirauá), Matusalém e Nova Canaã, sendo que estas últimas ficam localizadas próximas a São João do Ipecaçu. (RDSA).

A Reserva Amanã está localizada entre o Rio Negro e o baixo curso do Rio Japurá, e possui uma área total de 2.313.000 ha abrangendo terras dos municípios de Maraã, Coari, Barcelos e Codajás. Uma parte significativa da reserva é formada por ambiente de terra firme, e outra parte por ambiente de várzea. A população de moradores e de usuários da RDSA é de 3.259 pessoas e 514 domicílios, distribuídos em 69 localidades (IDSM, 2006 in Alencar 2010 p.46).

A escolha da comunidade São Joao do Ipecaçu se deve ao fato de ter sido formada nos anos de 1980 com o incentivo e participação direta do Irmão Falco Michiels, missionário que chegou em Tefé no início anos de 1960, e desenvolveu um trabalho junto a Igreja Católica na organização das comunidades. Outro motivo para esta escolha, foi o fato dos moradores terem sido envolvidos em atividades propostas pela Igreja Católica relacionadas tanto à participação em cursos de formação de liderança políticas e religiosas, quanto em atividades de conservação de recursos naturais.



A escolha da comunidade Matusalém se deu pelo fato de ter sido formada a partir de conflitos ideológicos que envolveram moradores de São João do Ipecaçu, resultando na saída de uma família em decorrência de serem evangélicos. Contudo conflitos internos entre moradores desta nova comunidade levaram à formação de outra Comunidade, surgindo assim Novo Canaã.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa está centrada em alguns pontos: realização de pesquisa bibliográfica; utilização de estratégias metodológicas características da pesquisa antropologia social, tais como a realização de uma etnografia através de pesquisa de campo para realizar a observação participante, que compreende o contato direto e prolongado com o grupo. Segundo James Clifford (1997) a “observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais as vicissitudes da tradução” (1997, p. 20). A etnografia buscou realizar a “descrição densa” (Geertz 2008), e para isso busquei acompanhar as atividades do grupo, elaborar mapas, seguindo a proposta de Malinowski (1976); realizar entrevistas formais e informais, sendo que algumas foram gravadas e outras não, e registros fotográficos do lugar. Estas estratégias de pesquisa permitiram alcançar as três dimensões da pesquisa etnográfica destacada por Roberto Cardoso de Oliveira (1998), que consiste em: olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 1998).

A pesquisa de campo teve a duração quatorze dias, compreendendo o período de 14 à 28 de Janeiro de 2013, e foi realizada em dois momentos: cinco dias na cidade de Tefé, onde fizemos entrevistas com pessoas ligadas ao objeto de estudo e que estão residindo na cidade, além da análise de dados coletados em documentos da Prelazia de Tefé; dois dias na cidade de Alvarães, e dois dias na comunidade de São Raimundo do Jarauá, acompanhando a orientadora em sua viagem com uma equipe do Programa de Manejo de Pesca. Os demais dias foram com a pesquisa na comunidade de São João do Ipecaçu, Matusalém, Nova Canaã. Ao todo foram realizadas dezesseis entrevistas gravadas e outras cinco não gravadas, além de conversas informais, visualização de práticas cotidianas, obtenção de imagens através de fotografias.

No aporte teórico que embasou essa pesquisa estão presentes vários trabalhos como os de Edna Alencar, que realizou várias pesquisas nas reservas Amanã e Mamirauá, em destaque sua obra “*Memórias de Mamirauá*” publicado em 2010 e que

nos respalda para nosso modelo de pesquisa baseado na história oral e na memória; o Relatório Final da pesquisa *Estudo de ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da RDSA* (2007); e vários outros artigos elaborados e organizados pela mesma autora. Outras leituras foram o livro de Marise Reis “*Arengas e Picicas: reações populares a reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Amazonas*”, que trata do processo de criação e implementação da RDSM, e que também aborda o processo de elaboração de um projeto de manejo de recursos pesqueiros desenvolvido pelo MEB nos anos 1970, em áreas que foram afetadas pelas duas RDS.

Os trabalhos de Débora Lima (1997) também ajudou entender o processo de formação das comunidades nas décadas de 1970 e 1980, quando mostra o trabalho realizado pela Igreja católica em relação à formação das comunidades, e trata sobre os projetos de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidos pelo MEB, e destaca um personagem relevante que é o Irmão Falco, além de mencionar a atuação das igrejas evangélicas nesse contexto<sup>1</sup>. Outro artigo importante desta autora, em parceria com Jorge Pozzobon intitulado “*Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social*” e publicado em 2005, me ajudou a entender o conceito de comunidade e populações tradicionais.

Outros autores me ajudaram a contextualizar o processo de emergência e forma de atuação dos movimentos ambientalistas, dentre eles destaco a obra de Antônio Carlos Diegues (2001) que analisa os impactos ambientais decorrente do modelo capitalista, e no mesmo contexto; de John McCormick (1992), *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*; de Moscovici (2007) *Natureza: para pensar a ecologia*, que trabalhou o contexto desse processo e a relação do capital, progresso e natureza; e Keith Thomas (2010) *O Homem e o Mundo Natural*, que discute a relação homem meio ambiente desde os séculos XVIII.

Entre as décadas de 1970 e 1990 a Igreja Católica engaja-se em trabalhos voltados a buscar soluções para problemas sociais que atingiam grande parte da população mais carente e afastada do processo de crescimento econômico, atuando em

---

<sup>1</sup> “Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia”, publicado em um trabalho organizado por Edna Castro e Florence Pinton intitulado *Faces do trópico úmido: Conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*” publicado em 1997.

parceria com os movimentos sociais e ambientais. Segundo Enrique Dussel (1997) embora essa preocupação seja associada à Teologia da Libertação, é possível verificar que esse ideal teológico surge antes da década de 1950. Os trabalhos sociais promovidos pela igreja católica serão sedimentos para que esse pensamento se torne instrumentos de trabalhos contra a exclusão social, que provocaria uma mudança na forma de atuação política e social da Igreja em regiões menos desenvolvidas.

Uma das ações da Igreja Católica, onde foi possível desenvolver um trabalho social visando a melhoria da qualidade de vida das populações afastadas do processo de desenvolvimento social e econômico foi o Movimento de Educação de Base (MEB), que desenvolveu importante trabalho na área da educação, e debateu questões ambientais e políticas.

O MEB surge primeiramente na região Nordeste do Brasil, e depois se espalhou para outras regiões do país. Na década de 1960 o MEB chega à Amazônia, e sua atuação está documentada em relatórios que podem ser encontrados na própria sede da Prelazia de Tefé, estado do Amazonas, e em vários trabalhos de pesquisa realizados por historiadores e pesquisadores das ciências sociais.

Nesta pesquisa, buscamos contextualizar a atuação do MEB a partir da atuação de seus agentes na formação de uma comunidade particular, a comunidade de São João do Ipecaçu, cuja figura de destaque foi o frei Falco Michiels, conhecido como Irmão Falco.

## **02. A QUESTÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XX E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA**

### **2.1 A questão da degradação da natureza e os movimentos ambientalistas.**

A discussão sobre a relação que o homem mantém com o ambiente natural está presente já no século XIV, nesse sentido, recorreremos à obra de Thomas (2010) para ressaltar um momento histórico que nos faz refletir sobre a maneira como o homem pensava a natureza e a maneira como se utilizava da mesma para assegurar sua existência, visto que a “sujeição da natureza” está na forma como é percebida para o “civilizado”: “a natureza como fonte de alimento e combustível” (Thomas, 2012 p. 33).

No período situado entre 1500 e 1800 a natureza era entendida como fonte inesgotável de recursos que satisfaziam os desejos e as necessidades do homem. Segundo Thomas, estudando a concepção teológica entendida pelos ingleses da época em relação à compreensão da natureza, o homem era o ponto central “do plano divino”, ou seja, “todas as criaturas foram feitas para o homem” (Thomas, 2010 p. 23). Logo o mundo natural era traduzido da seguinte forma: o homem era o ser predominante e a natureza era a fonte de seus benefícios.

No final do século XX, estudos realizados por Diegues (2001), faz um histórico das mudanças que ocorreram na percepção dessa relação, ao apresentar um debate entre as duas principais correntes que defendiam posições distintas sobre o entendimento da relação homem e a natureza, já no século XIX. A primeira era defendida por Gifford Pinchot (conservacionista) que pregava o uso adequado e criterioso dos recursos naturais. E a segunda era defendida por John Muir e H. Thoreau, que propunham a preservação pura da natureza (Diegues, 2001 p. 19). O preservacionismo norte-americano defendido por Henry David Thoreau apresenta a seguinte concepção:

"Usando a intuição, mais que a razão e a ciência, os humanos poderiam transcender as aparências físicas e perceber as correntes do Ser Universal que liga o mundo. Thoreau expressou a percepção resultante: 'A terra sobre a qual caminho não é um ser morto, uma massa inerte; é um corpo, um espírito, é orgânico e transparente as influências do espírito'. As florestas, declarou numa viagem em 1857 no Maine, não são sem dono, mas cheias de espíritos tão bons quanto eu. O que denominamos mundo selvagem, escreveu em 1859, é uma civilização diferente da nossa." (Nash, 1989:35-7 Apud Diegues 2001 p. 19)

A concepção de John Muir nos leva a refletir sobre uma relação entre homem e natureza de forma integrada, onde a dominação e apropriação da mesma não ocorrem, pois o ser humano deveria considerar o meio natural como parte viva de sociedade:

[...] foi John Muir o teórico mais importante do preservacionismo, abraçando um organicismo pelo qual a base do respeito pela natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza [...] (Diegues, 2001 p. 19)

O ativismo ecológico de Muir foi além de suas teorias e ainda em 1909 criou o Parque Nacional de Yosemite “dois anos depois, se tornou um dos fundadores de uma das mais influentes organizações ambientalistas, o *Sierra Club*.” (Diegues, 2001 p.20). Contudo a revolução tecnológica e a busca de alta produtividade fizeram com que os indivíduos se sentissem proprietários da natureza, ou seja, uma relação desordenada, o que mais tarde resultou no esgotamento dos recursos naturais.

Outro autor que também discute esta relação é Moscovici (2007) que afirma que “a sociedade moderna formou-se contra a natureza explorando a mesma pela violência, pois o homem, desde sempre buscou dominar o meio natural, até mesmo esgotando recursos naturais para chegar onde deseja” (Moscovici, 2007 p. 32). A industrialização e o progresso econômico almejado por países ricos e emergentes são fatores que contribuíram diretamente para a degradação dos recursos naturais, visto que durante e após a Revolução Industrial ocorrida na Europa, mais precisamente a partir século XVIII, o homem passou a explorar de forma mais intensa os recursos naturais, aumentando a emissão de gases para superfície da atmosfera causando o aquecimento global. Este fenômeno está ligado diretamente a diminuição da cobertura de gelo, aumento do nível do mar e mudança do padrão climático.

Nas últimas décadas pesquisadores e ativistas, têm denunciado o desmatamento, o processo de desertificação, a poluição do ar, dos rios e mares, a pesca em grande escala, o corte e as queimadas de áreas verdes e a criação de pastagens. Essas ações podem levar ao esgotamento dos recursos naturais e trazer inúmeras consequências negativas para gerações futuras, gerando um desequilíbrio

socioambiental, além de prejudicar populações que dependem desses recursos para seu sustento.

A apropriação dos recursos naturais de forma degradável é parte do modelo de desenvolvimento econômico que não busca refletir os impactos gerados pela falta de responsabilidade ecológica. Moscovici (2007, p.38) quando perguntado se o crescimento econômico possibilita uma igualdade social o mesmo afirma que “Quando crescemos produzimos os dejetos do crescimento, quer dizer; as desordens, as crises: nós as exportamos, nós as expulsamos para as periferias [...] Os países industrializados se beneficiam de desigualdades regionais ou mundiais”. (Moscovici, 2007 p.38)

A busca do crescimento econômico pela exploração de recursos naturais resulta no aumento da desigualdade social, e desencadeia o aumento desenfreado de sua exploração. Diante de todo esse panorama, os movimentos ambientalistas desde o fim da década de 1940 e início dos anos 50 do século XX, até os dias atuais, buscam discutir os problemas resultantes do avanço do capital e da exploração dos recursos naturais.

Segundo Hector Leis (2004), em seu artigo “Modernidade Insustentável: as críticas ao ambientalismo à sociedade contemporânea”, na relação homem e meio ambiente a Inglaterra é um exemplo do que ele chamou de “anacronicamente um caso anti-ambientalista”, porque durante muitos anos estabeleceu uma relação prejudicial com o meio ambiente, através de uma processo de exploração violenta.

Como resultado dessa exploração desordenada desenvolvida pela então desenvolvida Inglaterra, foi a emergência de certos movimentos sociais que propunham novas formas de relação entre a sociedade e o ambiente, as quais Leis chamou de “sinais da emergência do ambientalismo” (Leis 2004). Esses movimentos estão relacionados com um fenômeno que ocorreu no anos 50 do século XX,

Uma frente estacionária provoca uma inversão térmica no rio Tâmisa, em Londres. A velocidade do vento cai para próximo de zero. Não há dispersão dos poluentes. E Londres fica envolta em fumaça. O Desastre do Smog (numa referência às palavras smoke, fumaça, e fog, neblina) causou entre 3 mil e 4 mil mortes em 15 dias, por ataques de bronquites, asma e doenças cardiovasculares. Naquele inverno, o governo britânico estima que 12 mil pessoas morreram em decorrência da poluição extrema. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI223321-16642,00-CONSTRUCAO+SUSTENTAVEL.html>

Ao longo do século XX outros problemas ambientais estiveram relacionados à degradação de recursos naturais, os quais, por sua vez estão associados à busca de um progresso desenfreado almejado por países que adotaram o modelo capitalista de desenvolvimento econômico. Entre eles, está o Brasil que a partir de 1950 passou a oferecer atrativos fiscais para que empresas multinacionais abrissem fábricas em alguns Estados, desenvolvendo assim a sua economia industrial (Leis 2004).

O Estado de São Paulo é um exemplo desse fenômeno, pois tinha em seu território mais de 80% de Mata Atlântica, que foi destruído com o avanço da industrialização:

[...]80% de Floresta denominada de Mata Atlântica e os outros 20% eram cerrado e outros ecossistemas, com a expansão da cultura do café e a industrialização, apenas 100 anos depois, em 1950, restavam somente 18%, mas isso preocupava pouca gente pois a "fumaça das fábricas era vista e apreciada como paisagem do progresso" (ROCHA & COSTA, 1998)[...] APUD: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-mata-atlantica/desmatamento-1.php>

A industrialização sem a preocupação com o meio ambiente causou grande impacto para a fauna e a flora da região sudeste do Brasil, onde o desenvolvimento do capital se consolidou de forma acelerada. Segundo Diegues (2001), essa grande expansão econômica provoca:

A expansão de economias de mercado baseadas em alta produtividade e consumo se deu, com maior ou menor intensidade, em todas as regiões da Terra, com efeitos negativos e habitualmente devastadores sobre as populações humanas que mais dependiam e habitavam ecossistemas frágeis (florestas tropicais, savanas, mangues), causando, ao mesmo tempo, empobrecimento social e degradação ambiental. (DIEGUES, 2001 p. 58)

A partir do momento em que as grandes potências mundiais percebem que estavam usando a natureza de forma irracional, começa a ocorrer em diversas partes no mundo uma reflexão sobre o uso dos recursos naturais. Neste contexto se consolida um movimento de âmbito global que começou a se configurar de forma mais concreta ainda nos anos 1960. Trata-se de um movimento de caráter social, econômico e político que toma as questões ambientais como foco de atenção, questionando o modelo de desenvolvimento econômico e o limite ecológico da exploração da natureza

(McCormick 1989). O movimento ambientalista torna-se um movimento político e global, fazendo surgir o “novo ambientalismo que evoluiu para termos que eram politicamente mais aceitáveis, encorajando mais governos nacionais a fazer do meio ambiente uma questão de política” (McCormick 1989 p. 111).

O debate sobre esse tema se intensifica na década de 1970, que foi marcada por uma conjunção de acontecimentos em nível econômico, social e político. O tema da degradação ambiental foi debatido em vários encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por organizações não governamentais de projeção internacional. O evento de referencia para este momento é a Conferencia de Estocolmo realizada em 1972, e que norteou o rumo das discussões e intervenções das diferentes nações que dela participaram, vinculadas a ONU. O objetivo central desta conferencia foi discutir a crise econômica mundial e a questão da conservação da natureza, a partir da elaboração de plataformas de ação (McCormick 1989).

McCormick aponta também para o “irônico” destino da Conferência de Estocolmo:

Estocolmo forçou um compromisso entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países mais e menos desenvolvidos. Isso é até irônico porque a conferência foi inicialmente produto da preocupação existente nos países industrializados na década de 60. Mas os organizadores não tiveram em nenhum momento a oportunidade de permitir que a conferência se concentrasse somente nos interesses dos países mais desenvolvidos. Durante os primeiros debates da ONU na Conferência, os países menos desenvolvidos fizeram uso de seu poder de voto na Assembléia Geral das Nações Unidas para compelir os países mais desenvolvidos a reconhecer a necessidade de equilibrar as prioridades na administração ambiental com os objetivos do desenvolvimento econômico. (McCormick 1989 p.111)

A Conferência de Estocolmo de 1972 traçou as diretrizes para a criação de áreas protegidas visando à proteção de recursos naturais prioritários, e pregando a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a proteção da natureza (Estocolmo,1972; McCormick 1986). Em sua proclamação, assumiu uma crítica ao crescimento desenfreado de tecnologias visando melhorar o sistema de produção capitalista que podem afetar os recursos naturais:



**Princípio 2** : Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento. (**Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano**, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972)

## 2.2. A Questão da Sustentabilidade

A partir da década 1980 um segmento do movimento ambientalista, de caráter mais socialista, acentua suas críticas ao modelo econômico capitalista e seu grande potencial de destruição dos recursos naturais, e os impactos negativos para amplos segmentos da população que viviam em países do então chamado “Terceiro Mundo”. Também expande sua capacidade de atuação, ao reforçar alianças políticas estratégicas e buscar atuar junto aos governos dos países do “Primeiro Mundo”, e também do “Terceiro Mundo”, através da criação do Partido Verde (PV), por exemplo, (Viola 1985; McCormick 1986).

O conceito de sustentabilidade surge do Relatório Brundtland, resultado da reunião elaborada pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMSMAD) em Genebra no de 1984 (McCormick 1986, p. 189). Essa comissão observou que:

Um crescimento sem precedentes das pressões sobre o meio ambiente global havia tornado lugar comum previsões graves sobre o futuro, observou a comissão; um futuro mais seguro, justo e próspero exigia políticas dirigidas à sustentação da base ecológica do desenvolvimento e à alteração da natureza da cooperação entre governos, empresas, ciência e povos. (McCormick 1986, p. 189)

Diante da previsão de um impacto ambiental em relação ao modo como o homem usufruía da natureza, algumas metas foram criadas no relatório de Brundtland<sup>2</sup>:

- Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.marcouniversal.com.br/upload/RELATORIOBRUNDTLAND.pdf>

- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

As medidas buscam desenvolver formas de uso de recursos naturais de maneira sustentável através do gerenciamento adequado dos recursos naturais visando a proteção dos ecossistemas, e evitando seu esgotamento total, ao mesmo tempo em que busca dar bases para a elaboração de políticas de proteção ambiental. Nesse momento as políticas de sustentabilidade percorrem o mundo, e um novo momento desdobra-se na relação homem meio ambiente.

A Conferencia do Meio Ambiente que ocorreu no Brasil, a Rio-92, discutiu formas e deveres que tratam da conservação e da sustentabilidade da natureza para serem implementadas pelos países signatários da Conferência, além de planos de políticas voltadas para a promoção de um desenvolvimento com o viés da sustentabilidade. A Conferência também estabeleceu metas que são parte da Agenda 21 na qual se constitui um conjunto de resoluções tomadas na Conferência Internacional Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, organizada pela ONU. A Conferencia Eco-92 contou com a participação de 179 países e resultou em medidas para conciliar o crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente como mostra o Princípio 9 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento:

**Princípio 9:** Os Estados devem cooperar para reforçar a criação de capacidades endógenas para obter o desenvolvimento sustentável, aumentando o saber mediante o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, intensificando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias, notadamente as tecnologias novas e inovadoras. (Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, de junho de 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável que é trabalhado de maneira intensa no Brasil, e em grande parte do mundo, é um ponto importante para nossa discussão, dessa forma, precisamos falar sobre o desenvolvimento econômico e a relação com a degradação da natureza.

Sobre a relação homem e meio ambiente Débora Lima e Jorge Pozzobon (2005) recorrem ao tempo tratando da “sustentabilidade ecológica”, conceito proveniente de movimentos ambientalistas que tem como princípio fundamental “a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente” (Lima e Pozzobon, 2005 p.45). Não se pode pensar em sustentabilidade sem lembrar que o envolvimento de grupos sociais e a diversidade característica das áreas que estão no interior das reservas, são determinantes para que possamos entender o conceito de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade, entendida como o uso de recursos naturais, sem ameaçar tais recursos, é um conceito que algumas sociedades modernas não compreendem, pois existe um pensamento em relação ao progresso que não contribui para a sustentabilidade dos recursos naturais. Uma tabela comparativa de classificação socioambiental das populações da Amazônia apresentada por Lima e Pozzobon (2005), nos mostra a diferença que existe na relação de exploração dos recursos naturais da região dos diferentes grupos sociais e a cultura ecológica. Lima e Pozzobon trabalham com alguns níveis de sustentabilidade e sempre relacionando com a orientação econômica. É considerada uma “alta sustentabilidade” quando ocorre uma ocupação que não degrada o meio ambiente “Não provoca alterações microclimáticas, não polui, não destrói, não explora recursos renováveis acima de sua capacidade de regeneração, nem resulta em extinções das espécies”. (Lima e Pozzobon, 2005, p. 48)

O conceito de desenvolvimento sustentável presente em debates e encontros relacionados à questão da degradação ambiental trata da integração entre desenvolvimento econômico, social e a preservação do meio ambiente. Nas conferências organizadas pela ONU, e mais precisamente a Eco-92, afirmou-se que: *“Desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental”*.

(Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, de junho de 1992).

As Convenções, Conferências e os Encontros Internacionais que discutiram uma política voltada para a conservação e a proteção dos recursos naturais levaram em consideração os grupos que dependem desses recursos para sua sobrevivência, logo, políticas públicas visavam garantir a conservação da biodiversidade e no meio rural do Estado do Amazonas não foi diferente, tornaram-se mais visíveis através da política de governo de criação de áreas protegidas. No entanto, o envolvimento das populações locais em projetos de conservação de recursos naturais pode ser encontrado ainda nos anos 70 e 80 do século XX, através da atuação de certos segmentos da Igreja Católica, inspirados por uma ideologia que se tornou conhecida como Teologia da Libertação, que é uma filosofia religiosa que buscou realizar uma crítica ao modelo de desenvolvimento da economia capitalista que colocava em situação de pobreza e de exploração de força de trabalho um grande segmento da população rural da Amazônia como as populações ribeirinhas. Esse é o ponto chave do nosso trabalho.

### **2.3 A Igreja Católica e a Teologia da Libertação**

Entre 1968 e 1972 a Teologia da libertação nasce a partir de uma revolução teórica que começa a criticar um modelo desenvolvimentista, não só no Brasil, mas em toda América Latina. Enrique Dussel (1997) traça uma linha de acontecimentos políticos e religiosos que favoreceram o nascimento de uma nova concepção litúrgica da igreja Católica denominada de Teologia da Libertação. E, para não ficar de fora, o Vaticano libera os novos movimentos que surgem para realizar novas formas litúrgicas, mas com algumas restrições. Essas adaptações agora fazem parte de um catolicismo popular e social.

A Declaração do Concílio Ecumênico Vaticano II traz em sua constituição conciliar de 1963 em seu primeiro parágrafo:

1. O sagrado Concílio propõe-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da

Igreja. Julga, por isso, dever também interessar-se de modo particular pela reforma e incremento da Liturgia. Disponível: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)

Dussel aponta algumas renovações que ocorreram ainda nos anos de 1950, quando surgem novas lideranças da Igreja Católica, e novas formas litúrgicas a partir da Europa e da América Latina que ganhavam espaço para uma concepção diferenciada do tradicionalismo gerenciado pelo Vaticano. A partir da revolução cubana ocorrida em 1959, alguns movimentos surgiram nesse contexto, entre eles, os “Jovens Cristãos”, que uniram “Fé e Política” (Dussel, 1997 p. 53). Ainda nesse contexto Dussel nos mostra que jovens cristãos católicos também se envolveram em guerrilhas, levantando bandeiras como “Cristãos para o Socialismo” e a “Teologia da Revolução”, onde jovens cristãos e pensadores já faziam parte de um movimento que pensava o modelo político vigente da sociedade. Essa nova Teologia foi pensada primeiro a partir de três nomes: “Juan Luis Segundo, que pensou os problemas teológicos da América Latina; Lucio Gera, que pensou não só o fazer teológico, mas também se comprometeu com as aspirações do povo; e Gustavo Gutiérrez, que analisou a teologia a partir das elites intelectuais e a oligarquia conservadora” (Dussel 1997, p. 57). De acordo com Dussel, Gustavo Gutierrez, em 1964, faz um debate sobre a Teologia da Libertação, destacando um plano sociológico e também um plano prático, onde a Igreja Católica iria se preocupar com as mazelas sociais, e elaborar críticas mais voltadas para o tema da exclusão e para o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, apontado como principal responsável pelo aumento da desigualdade social na América Latina.

A partir de 1969 vários encontros, assembléias e reuniões são realizadas para pensar a Teologia da Libertação. Segundo Dussel essa Teologia:

Surge, então, não por um prurido academicista de originalidade, ou pelo prazer do criticismo, nem por uma intenção de negação da Igreja em sua hierarquia, em sua institucionalidade, etc.; surge muito pelo contrário, para preencher a necessidade de suprir “esquemas teológicos” insuficientes, não adequados para acompanhar e fazer crescer a “fé” do cristão numa época de crise, de profundos conflitos, e até em situações revolucionárias frequentemente. Foi uma resposta madura, serena, à altura das exigências racionais da época. Mas essa crise não afeta somente o leigo e sim principalmente o sacerdote (DUSSEL, 1997 p. 74).

A Teologia da Libertação, que ficou conhecida como “Igreja dos Pobres”, e foi perseguida tanto pela igreja majoritária como por Estados militarizados, tem suas atuações voltadas até os dias de hoje à reflexão sobre as políticas de desenvolvimento e à exclusão social que geram a pobreza.

Nas décadas de 1970 e 1980 a Teologia da Libertação teve suas bases de atuação em movimentos da Igreja Católica, pois alguns movimentos de atuação junto às populações afastadas do desenvolvimento econômico, já ocorriam no nordeste brasileiro como citado por Dussel, “Ainda no início da década de 1960 surge uma nova atuação pedagógica que começa a ser desenvolvida no Brasil, mais precisamente no Nordeste que é o Movimento de Educação de Base (MEB) sobe uma perspectiva teórica de Paulo Freire” (Dussel, 1997 p.61).

Essa atuação também ocorreu em outras regiões do país, como na Amazônia, com a criação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) que, são pequenos grupos que reúnem pessoas com o mesmo ideal religioso e social. Elas se diferenciam do modelo clássico-católico de ação litúrgica, pois buscavam trabalhar a consciência espiritual e a consciência política, instituindo uma nova proposta de liturgia como uma base libertadora para erradicação do analfabetismo e da pobreza (BETTO, 1981).

O frei Leonardo Boff (2001) faz uma análise do trabalho das CEBs na década de 1960, quando a igreja já traçava um plano de atuação entre as camadas marginalizadas da sociedade e segregadas do desenvolvimento econômico e educacional do país:

[...] A década de 1960 foi, para a Teologia da Libertação e as CEBs, a época da gênese de suas esperanças de transformação da realidade. O enfrentamento dos movimentos populares com as forças de repressão do regime foi desigual. O martírio, visto como sinal da “fé verdadeira” foi refletido nas bases como um retorno ao cristianismo antigo. Foi nas comunidades de base que o desenvolvimento pleno da Teologia da Libertação tornou-se possível. Sem elas, a experiência, ou seja, a prática, de uma “igreja dos pobres” não seria possível [...] (Revista Historiador. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. p. 203)

Para Leonardo Boff (2001) a Teologia da Libertação é “uma filosofia onde a fé confronta a opressão, onde as comunidades não mais serão conformadas a estarem na situação de oprimidos, pensando sempre sobre sua posição social e suas bases”. A luta contra a pobreza está nas bases da atuação da igreja, quando pensa de forma lógica e

empírica as motivações que levam a pobreza para parte da sociedade, pois para Boff a pobreza é “fruto de nossa própria organização econômica” explorando uns e excluindo outros (Boff, 2001 p.48). As CEBs já sinalizavam uma atuação libertadora da Igreja que fazia diferença em relação às situações de comunidades que eram pouco assistidas pelo Estado.

#### **2.4 A atuação da Igreja Católica na Amazônia no século XX e o Movimento de Educação de Base (MEB)**

Neste tópico trataremos da atuação da Igreja através das bases comunitárias, mostrando a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB), por onde começou sua atuação no Brasil até sua chegada na Amazônia, o recorte é o município de Tefé, que se localiza na região do Médio Solimões, Estado do Amazonas.

Maria da Conceição Raposo (1982) nos mostra que nas décadas de 1950 e 1960 a Igreja Católica no Brasil, influenciada pelos movimentos sociais e pelo contexto político do país, passou por mudanças em sua maneira de atuação. Através das ligas e sindicatos engajava-se para lutar contra as políticas de opressão e de exclusão social que ocorriam nesse período, tanto nas cidades como no campo. As reflexões feitas por lideranças religiosas intelectuais católicas em toda a América Latina, lideranças essas que fazem parte de uma ala libertadora da Igreja, passaram a dar mais atenção para esses movimentos e começaram a adentrar nas reivindicações realizando um trabalho assistencial para esses grupos sociais. No Nordeste, por exemplo, as Ligas Camponesas foi um desses movimentos surgidos a partir da Igreja Católica:

Os movimentos das Ligas Camponesas no Nordeste surgem no Engenho Galiléia, no município de Santo Antônio, em Pernambuco, a partir da criação, em 1955, de uma Cooperativa denominada de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, SAPP. Posteriormente são denominados Ligas Camponesas e estenderam-se por quase todo o Estado de Pernambuco, principalmente na zona da Mata. A repercussão das experiências das Ligas camponesa no Estado de Pernambuco influenciou a sua criação na Paraíba e em outros Estados. (RAPOSO 1982, p. 40)

Um pouco mais tarde, no fim da década de 1950, a Diocese de Natal (RN) decidiu criar o Serviço da Assistência Rural (SAR) (Raposo, 1982) que teria o compromisso de realizar programas educativos através de emissões radiofônicas, organização comunitária, entre outras atividades, para promover o desenvolvimento da comunidade. Os programas radiofônicos em Natal (RN) teriam a missão de realizar alfabetização para jovens e adultos. Essa prática que já havia sido realizada em outros países da América latina foi expandida para outras regiões do Brasil (Raposo, 1982), com a implementação das rádios rurais, gerando uma série de interesses políticos, sendo um deles, a candidatura de Jânio Quadros em 1960 para Presidência do Brasil. O então candidato firma, como promessa de campanha política, o apoio às Dioceses que trabalhavam com a educação radiofônica, tendo em vista o êxito obtido pelas rádios rurais no trabalho com as populações mais carentes (Raposo 1982).

De acordo com o relatório elaborado pelo MEB (1991), no ano de 1961 é firmado o acordo de nº 5.370 de 21 de março, oficializando a parceria do governo federal com a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Este acordo estabelece a injeção de recursos para a estruturação do MEB, e elaboração de projetos visando a melhor atuação do movimento.

A partir de um plano de estruturação nacional onde envolvia educação de base, a CNBB, afirmando estar preocupada com a situação em que o país se encontrava, e também com o objetivo de levar o evangelho até as comunidades, resolve atuar na Amazônia, como que já vinha sendo trabalhado em outras regiões do país (RELATÓRIO MEB, 1991):

As dioceses de Natal e Aracaju iniciaram no Brasil um sistema educativo através de transmissões radiofônicas que se mostraram adequadas nas áreas subdesenvolvidas, onde a escassez de comunicação e a exploração econômica, social e cultural eram incompatíveis com a dignidade humana (p. 04)

A Rádio Rural foi de extrema importância para a difusão dos ideais do MEB nas comunidades que estavam distantes das cidades. E para facilitar o trabalho da Igreja Católica essas rádios passaram a ser uma das estratégias para alcanças os objetivos propostos pelo MEB.



Alguns objetivos traçados pelo Plano de Atuação da Igreja através do MEB foram apresentados em documentos elaborados pelo Movimento e estão disponíveis em Dioceses espalhadas pelo Brasil, e também em *sites*, selecionamos alguns listados abaixo: Alguns dos objetivos traçados pelo MEB (1991):

1. Reestruturação da educação nacional;
2. Ensinar como se organizar como comunidade;
3. Alfabetização de Jovens e Adultos;
4. Formar lideranças religiosas como as dos Animadores de setor;
5. Fortalecer as organizações populares para sua autonomia;
6. Consciência política e social;
7. Comunicação popular;
8. Sindicalismo.

#### **2.4.1 A chegada o MEB no Médio Solimões, Amazonas**

O MEB chega ao estado do Amazonas em 1963 trazido pela iniciativa de Dom Joaquim Lange, que foi o primeiro Bispo da Prelazia<sup>3</sup> de Tefé, cujo projeto tinha como objetivo investir em programas de alfabetização de jovens e adultos como um meio para facilitar a ação religiosa e trabalhar um modelo de educação nas comunidades fora do sistema educacional (MEB, 1991). Neves (2009) nos mostra que entre as estratégias metodológicas utilizadas pelo MEB incluía-se o uso de programas educativos radiofônicos, utilizando a Rádio Rural (que existe até os dias de hoje na Prelazia de Tefé), mas também com o uso de monitores que residiam nos próprios povoados, alcançados pelo programa. As Rádios Rurais funcionavam como um meio de propagação de conscientização social, buscando despertar o espírito de iniciativa e a responsabilidade social, trabalhando a consciência política e comunitária da população (MEB, 1991).

Na metodologia constava também a realização de cursos de sindicalismo, criação de projetos educacionais de formação de lideranças religiosas e comunitárias, e

---

<sup>3</sup> Sede da jurisdição da Igreja Católica vinculada a Igreja central de Tefé (MEB, 1991).

ações políticas e de alfabetização para jovens e adultos. De acordo com Delma P. Neves (2009), em estudo realizado nesta região,

Inicialmente, os porta-vozes desse projeto, contratados a partir de 1.º de janeiro de 1964, dedicaram-se ao treinamento, baseado em estágios e encontros, para a constituição das equipes de professores. Paralelamente, essa equipe também se dedicava à transmissão de programas radiofônicos para incentivar a adesão e para prestar esclarecimentos sobre as ações que implementavam. As primeiras equipes realizaram um levantamento de área para a escolha de lideranças comunitárias e para a pesquisa do universo vocabular do ribeirinho (Neves, 2009 p. 80).

Alguns materiais didáticos utilizados pelo MEB estão disponíveis na biblioteca do prédio da Rádio Rural de Tefé, no mesmo lugar onde funciona hoje a administração da Prelazia chamada de Dom Joaquim. Esses materiais trabalham a alfabetização de acordo com o contexto da região na Amazônia, expressões utilizadas no cotidiano das comunidades. Segundo Raimundo R. Romaine, “mesmo nas entrelinhas o processo educacional do MEB está baseado nos ideais libertadores de Paulo Freire<sup>4</sup>, onde ensinamentos de liberdade eram ensinados, uma espécie de contravenção a ditadura militar” (Romaine, 2013)<sup>5</sup>.

A atuação do MEB começa em 1963 na cidade de Tefé através da Prelazia da cidade que funciona como a gerenciadora de toda a atuação da Igreja Católica em outras cidades relativamente próximas, “Portanto, o MEB constituiu-se como uma instituição de referência de práticas de integração social da população mobilizada por princípios de afiliação” (Neves, 2009).

Segundo o historiador Protássio Lopes Pessoa, Dom Joaquim fundou uma rede de paróquias que logo fariam parte da Prelazia de Tefé, com sedes nas cidades de Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutai, Caitaú, Carauari, Itamarati, Eirunepé, Missão, Marã e Japurá. Desenvolveram nessas cidades, assistências nas áreas de saúde e educação.

---

<sup>4</sup> Paulo Freire, advogado e educador pernambucano, nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade do Recife. Logo após o golpe militar, o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado uma ameaça à ordem, pelos militares. Viveu no exílio no Chile e na Suíça, onde continuou produzindo conhecimento na área de educação. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, foi lançada em 1969. Nela, Paulo Freire detalha seu método de alfabetização de adultos. Retornou ao Brasil no ano de 1979, após a Lei da Anistia. Disponível em: [http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/bio\\_freire.html](http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/bio_freire.html).

<sup>5</sup> Raimundo Ribeiro Romaine: uma das pessoas que trabalhou no MEB. Hoje é gestor chefe da CEUC. Informação repassada em entrevista informal. Depoimento pessoal feito em Janeiro de 2013.

No início da década de 1980, o MEB começou também a realizar ações voltadas para a conscientização da população sobre a necessidade de fazer a conservação de recursos naturais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) iniciou um trabalho junto às comunidades ribeirinhas da região do Médio Solimões no Amazonas, contando com o apoio de lideranças locais para realizar um trabalho que permitisse a sustentabilidade no uso de recursos naturais, a partir das atividades de catequese atreladas ao MEB.

Déborah Lima (1997) afirma que para essa sustentabilidade começar a ser pensada e praticada a Pastoral de Tefé elaborou uma proposta de projeto voltado para o manejo da pesca, visto que desde a década de 1970 ocorriam conflitos entre ribeirinhos e pescadores urbanos pela forma diferenciada como realizavam a pesca (Lima 1997; Reis 2005). Os ribeirinhos se mostravam insatisfeitos com as tecnologias utilizadas por pescadores urbanos com grande capacidade de predação dos recursos naturais, e que tornavam a pesca extremamente desigual, além de fazer a exploração dos lagos situados próximos às comunidades ribeirinhas (Lima, 1997). Com isso, começou a ocorrer a escassez das espécies mais valorizadas comercialmente, e até mesmo das espécies de peixe usadas para o sustento dos ribeirinhos.

Marise Reis (2005) afirma que a partir de 1980 teve início as atividades voltadas para a realização de preservação de lagos, que propõe a sustentabilidade dos recursos naturais da região (Reis, 2005). Ainda neste contexto podemos identificar a atuação da Pastoral de Tefé que surge para estimular a política de conscientização social e ambiental, com a atuação cada vez maior na politização dos movimentos sociais e teológicos, tanto nas áreas urbanas como em áreas rurais. Segundo Débora Lima:

A Pastoral de Tefé Idealizou um sistema de preservação de lagos com o objetivo de garantir a sobrevivência dos ribeirinhos, chamado: “Lei de Pesca”. Em várias reuniões, representantes comunitários foram incentivados a guardar dois lagos: um lago totalmente preservado, para a procriação dos peixes, e outro para a pesca de subsistência, chamado lago de manutenção. (Lima, 1997 p. 299)

A atuação da Prelazia de Tefé, segundo Luis E. Cunha (1998) não ficou somente no âmbito de questões relacionadas à educação e formação de lideranças religiosas, pois a partir dos anos 1980 o controle de lagos foi debatido nas CEBs e Teve um papel importante em relação à conservação dos recursos naturais:

O modelo de preservação disseminado na área da Prelazia de Tefé apresenta características “preservacionistas” e de subsistência. Estimula a não utilização dos recursos ao se fundamentar na idéia de que para que os estoques pesqueiros sejam preservados é necessário que sejam mantidos intocados. (Cunha, 1998 p. 03)

Algumas lideranças religiosas como a do holandês Frei Michels Falco e Dom Mário atuaram junto ao MEB nos trabalhos com as comunidades para implantação desses sistemas de preservação. Segundo Francisco Andrade de Lima, que trabalha na Administração da Prelazia de Tefé, uma das maiores contribuições do MEB foi:

“[...] Primeiro era a questão da formação de lideranças que o MEB contribuiu muito durante 40 anos, a segunda linha era a questão da organização das comunidades e aí tem figuras que marcaram a história nesse sentido que aí tem de um lado a contribuição do MEB, no processo de organização das comunidades e de outro lado a figura do Irmão Falco que atuou durante muitos anos durante esse processo de organização [...]” (Tefé. 2013).

Esse processo de organização das comunidades estava vinculado a uma educação engajada politicamente, e diretrizes traçadas pensando uma organização que tornasse essas comunidades autônomas e politizadas para que pudessem lutar por seus direitos e gerir seu próprio sustento, ou seja, o MEB considera que, a base cultural da comunidade seria o próprio meio de atingir a consciência crítica. A base da cultura popular seria baseada em suas próprias habilidades tornando o conhecimento popular estrutura de suas comunidades:

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de auto-conscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (MEB, 1962 s/p).

Para estabelecer um paralelo entre a formação de líderes comunitário e a formação das comunidades, e todo trabalho desenvolvido pelo MEB, não podemos deixar de citar os trabalhos de Irmão Falco e Dom Mário que foram primordiais não somente para a formação das comunidades, mas também para a consolidação dos Setores que hoje estão sendo ainda considerados por instituições federais e estaduais.

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que nas comunidades formadas a partir das ações do MEB, os moradores destacaram em suas falas o reconhecimento da importância do trabalho feito pelas pessoas que estavam à frente desse Movimento. Uma das pessoas que entrevistamos foi o Sr. Jorge Luiz, atual diretor da Reserva Extrativista (RESEX) Catuá Ipixuna, que estava em Tefé durante o período de minha pesquisa de campo, e que trabalhou no MEB diretamente com as comunidades ribeirinhas e sua atuação,

[...] Sempre estive voltada para as comunidades de base, e deu sustentabilidade para essas comunidades durante muitos anos. Foi uma instituição que sempre teve voltada aos interesses dos ribeirinhos, trabalhando a alfabetização e iniciando com as aulas radiofônicas, eu ainda lembro que fui aluno nessa época, lá pelos cinco anos ainda cheguei a participar e o MEB trabalhou em várias dimensões com formação de lideranças, alfabetização [...] (Tefé 2013).

A formação de lideranças comunitárias buscava fazer com que as pessoas das comunidades pudessem refletir sobre seus problemas e buscar soluções, não apenas na área religiosa, mas também discutindo outros problemas de ordem social, econômica, ambiental, e que buscassem através da representação política, conhecer formas de reivindicar seus direitos.

O MEB levava pessoas das comunidades para a cidade de Tefé, para participarem de um curso chamado de “Animador de Setor”, e do qual participavam aquelas pessoas que já deveriam saber minimamente ler e escrever, que depois deveriam trabalhar no Setor no qual sua comunidade estava incluída. Neste curso era ensinado como elaborar projetos, como realizar eventos para fazer a animação dentro das comunidades.

Segundo Maria Marli das Chagas (figura 1), moradora do São João do Ipecaçu, a importância do MEB na formação de lideranças e das comunidades, está principalmente no trabalho que era feito com as pessoas que eram analfabetas na época

quando o MEB chegou. Esse trabalho foi importante para os moradores, pois trabalhavam com as próprias pessoas das comunidades, alfabetizando os mesmos e transformando-os em lideranças comunitárias.

Inclusive eles formavam professores, faziam cursos com professores, incentivavam pra alfabetizar porque naquele tempo muitas pessoas não eram alfabetizadas e ensinavam tanto a ler e escrever como ensinavam como viver em comunidade [...] Vivíamos avulso como diz o pessoal e o MEB junto com Irmão Falco foi importante nesse sentido e hoje você pode ver como é a comunidade bem arrumada. E agora é o Mamirauá que faz curso, faz oficina [...] (Maria Marli. São João do Ipecaçu, 2013).

Os moradores da comunidade de São João de Ipecaçu são reconhecidos por muitas pessoas que não são da comunidade, como uma referência em organização política e atuação em ações de cunho religioso, mas principalmente por atuar em projetos voltados à conservação de recursos naturais na região do paraná do Coraci. Essa atuação é resultado de um trabalho que, para os próprios moradores, nasceu com a criação da comunidade no início da década de 1980, quando agentes do MEB e, em especial, o Irmão Falco, trabalharam as nooes de comunidade, de preservação e educação. Durante a pesquisa foi possível observar que algumas pessoas que participaram dos cursos de formação de lideranças religiosas e políticas, organizados pelo MEB, e que atuaram como lideranças políticas e religiosas no passado, hoje possuem cargos ligados às estas atividades anteriores, ou então se tornaram representantes das comunidades, ou são lideranças do Setor, tanto junto  Igreja quanto a outras instituioes que atuam na região, como o Instituto Mamirauá.

Esse modelo de atuação que a ala libertadora da Igreja Católica desenvolveu na Amazônia, permitiu o envolvimento das comunidades e a valorização dos costumes locais, de sua identidade e memória, trabalhando a educação formal, a consciência política para organização social e, ainda, a discussão da questão ambiental relacionada à conservação de lagos. Segundo Marise Reis (2005), a partir dos anos de 1980, incentivados pelo MEB e outras lideranças da Igreja Católica, os moradores foram incentivada a proteger suas fontes de subsistência. Assim, percebemos que antes mesmo da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá já existia a ideia de conservação ambiental e de organização política de setores da população, que hoje faz

com que as pessoas vejam a criação das RDS Mamirauá e Amanã como um acontecimento favorável e positivo para os comunitários:

A gente formava também pra chamar mais atenção dos jovens, formava um pequeno torneio e cada dia a cada ano as coisas iam melhorando e integrando cada vez mais, onde nós tinha animador de setor né, que era o Dorival que era pai do Said né, foi nosso companheiro de inicio. Aí tinha o seu Antonio Pereira Martins, aí tinha o Zózimo que é da Nova Colômbia aí tinha o Félix, do Putiri esses eram os animador de Setor né, os que conduzia as conversas né, enfim tudo pra nós, repassava como deveria ser. E o Irmão Falco viu esse inicio que é que eles trabalhava pela Prelazia mesmo, e aí ele viu ele foi criando mesmo, e o que que ele criou: era bom a gente preservar porque nós não tinha mais né, era muito difícil. Cada comunidade teria um lago de preservação e isso foi uma coisa boa mas foi um problemão no inicio. Os problema que agente tinha, o exemplo da nossa área aqui, nos tinha um lago aqui que nele não ficava nada, porque tiravam tudo né, então eu tentei, na época eu era presidente da comunidade lá no começo de 80[...] quando agente viu que tinha futuro em fazer isso aí todas comunidade foram tirando um lago pra preservar né, um lago pra preservar e outro lago pra manutenção, a gente jê foi vendo mais, as qualidade e as quantidade de peixe né (Fernando Castro. São Raimundo do Jarauá, 2013).

Como podemos observar na entrevista do Sr. Fernando Castro, as características das atividades de manejo de recursos naturais que foram propostas ainda na década de 1980, guarda semelhança com as que são utilizadas atualmente. Dessa forma, podemos perceber a importância desse trabalho desenvolvido pelo MEB, muitos antes da criação da reserva. As ações de proteção dos recursos naturais já anteriormente trabalhada facilitou a condução de um novo trabalho, que procurou seguir o que já vinha sendo feito através da “Lei de pesca”, que determinava a forma como seriam utilizados os lagos para realizar atividades de pesca (Lima, 1997).

## **2.5 A formação das Comunidades e a organização dos Setores**

A formação de comunidades na região do médio Solimões à partir da década de 1960, está relacionada com a atuação da Igreja Católica, através das ações desenvolvidas pelo MEB. Segundo Alencar (2009), “o termo comunidade foi introduzido nessa região da Amazônia pela Igreja Católica nos anos 1970 através das ações do MEB, que incentivou as famílias que viviam dispersas a se juntarem em

povoamentos e formar uma organização política com forte viés comunitário” (Alencar, 2009 p. 188).

O conceito de “Comunidade” ainda é objeto de debate entre os estudiosos, pois podemos encontrar diferentes explicações em torno do termo, o que impede sua aplicação de forma universal. Nesse sentido, para Charles Wagley (1957) um dos primeiros antropólogos a discutir o conceito de comunidade para a Amazonia, toda comunidade tem suas tradições próprias tradições, uma história particularizada em suas características, ou seja, fechar o conceito de “comunidade” seria generalizar formas de vida diferenciadas.

Uma comunidade isolada nunca é típica de uma região ou nação. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais no modo de vida regional ou nacional. A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui organização muito maior do que uma simples soma das comunidades que a integram (WAGLEY, 1957 p. 42)

Outro autor que também discute o conceito de comunidade é Eduardo Galvão (1976) que nos capítulos iniciais de sua obra “Santos e Visagens” (1976), que mostra como o termo é usado para referir um grupo de pessoas que estão ligadas por laços de parentesco, e destaca a questão das diferenças e particularidades da cultura de cada comunidade. Destaca as festas de santo, que servem para reforçar os laços entre os moradores. Nesse sentido, para Cohen:

Quando da elaboração dos significados que irão compor a comunidade ocorre a construção de um simbolismo muito particular. Este simbolismo se torna particularmente explícito durante e através de rituais que representam um importante meio de experimentação da comunidade. Neste sentido, o ritual confirma e reforça a identidade social e o sentimento de pertença social a um coletivo. Simultaneamente a esse sentimento de pertença ocorre um aumento da conscientização da diferença entre os grupos, através da evocação dos símbolos coletivamente partilhados (Cohen, 1985 p.54 Apud LEMOS, 2009).

Ou seja, podemos entender o conceito de “comunidade” como um conjunto de sistemas simbólicos que são reconhecidos por um determinado grupo, mesmo com diferenças entre os mesmo, compartilhando os sistemas de forma coletiva através de rituais que agregam e reforça a identidade social.



Delma Pessanha Neves (2009) afirma que o conceito de “comunidade” está relacionado à “uma unidade territorial ou localidade dotada de uma sede administrativa e que tem o seu registro em cartório, o que irá legitimar oficialmente o território como comunidade. Apresentando serviços públicos como escolas, capelas, associações campo de futebol e casas comunitárias” (Neves 2009). A autora destaca, ainda, que o termo “comunidade” também “designa um grupo de lealdades primordiais, preferentemente com reconhecimento oficial, pelo registro da fundação de uma associação em cartório: equivale então à unidade associativa, base de gestão de ações políticas” (Neves, 2009 p. 69).

De acordo com trabalho realizado por E. Alencar (2007) na RDS Amanã, a concepção local do conceito de “comunidade” apresenta algumas características:

Na concepção local o conceito de comunidade remete a um conjunto de famílias que moram juntas e partilham um território comum, realizam ações conjuntas e possuem uma forma de representação política na figura do presidente da comunidade, que representa os interesses e encaminha as reivindicações dos moradores junto ao poder público municipal. (Alencar, 2007 p. 188)

Para Tonnies (1979) a “comunidade” tem como uma de suas características a existência de relações de parentesco e partilhamento de atividades semelhantes desenvolvida pelos moradores de um determinado espaço. Esse conceito se assemelha a muitos modelos de comunidade encontrados na Amazônia, onde os moradores de algumas comunidades são parentes e desenvolve também as mesmas atividades relacionadas ao modelo de subsistência.

Há um pressuposto que rege a comunidade: a perfeita unidade das vontades humanas como estado originário ou natural. As relações que compõem a comunidade são, para o autor, relações de sangue, de lugar e de espírito, derivadas do parentesco (casa), da vizinhança (convivência na aldeia) e da amizade (identidade e semelhança nas profissões). Na comunidade é muito importante a “compreensão” (consenso), que é um modo associativo de sentir comum e recíproco. Esta compreensão implica a posse e o desfrute de bens comuns, amigos e inimigos comuns, e também a vontade de proteção e defesa recíproca. (Tonnies, 1979 Apud Lemos, 2009 p.203)

Marcelo Mendonça (1998) afirma que a “comunidade” está relacionada a resistência dos comunitários na luta pela permanência de suas formas de lidar com sua

terra e que a dominação do modelo econômico capitalista não seria o norteador de suas relações. Essa maneira de entender tal grupo social pode ser discutida quando pensamos a realidade das comunidades ribeirinhas que negociam suas riquezas naturais para obtenção de lucro, além de outras necessidades básicas.

O conceito “Comunidade” é discutido também por Reis (2005) ao falar da formação das Comunidades ribeirinhas de Mamirauá, e mostra que, o termo está diretamente ligado ao agrupamento de indivíduos no interior de determinada região, e completa:

“O termo designa núcleos domiciliares de parentelas que compartilham um espaço comum de moradia e desfrutam de áreas de pesca, coleta e de territórios próximos, nem sempre contíguos a comunidade para o trabalho agrícola [...] Os habitantes são do próprio local ou precedem de outros pontos mais distantes” [...] (Reis, 2005 p. 79)

As instituições religiosas também podem influenciar no processo de definição de quem pode morar numa comunidade. Segundo Edna Alencar (2007, p. 61) as divisões e surgimento de novas comunidades estão relacionadas à conversão de pessoas a seitas evangélicas, visto que as comunidades onde moradores são predominantemente católicas não permitiam que grupos evangélicos se estabeleçam, obrigando que os evangélicos busquem outros locais para morar.

A formação das comunidades promovidas pelo MEB foi importante para fazer com que as mesmas tivessem noções de organização política e que a própria atuação de pessoas da comunidade auxiliasse as lideranças para tomarem decisões de cunho política. Segundo Lima (1997) na região do Médio Solimões

“Os assentamentos adotaram esse sistema, antes chamados de vilas ou sítios, passaram a se denominar de comunidades. O termo comunidade tem, na região do Médio Solimões, portanto a conotação de um tipo particular de organização política ligada a Prelazia de Tefé. (Lima1997, p. 298)

Como podemos notar as comunidades ligadas a Prelazia de Tefé possuem características particulares e têm como base as ações do MEB, que atuou de forma efetiva e concreta para a formação de comunidades e, dando aos moradores autonomia em sua gestão.

No que diz respeito à relação entre as ações da Igreja e as Comunidades, algumas especificidades são apontadas por Francisco Andrade de Lima que mostra como a formação das comunidades não resolvia o problema das famílias que ainda ficavam isoladas. Foi então que Irmão Falco e Dom Mário, organizaram os setores políticos, com o objetivo de integrar cada vez mais as comunidades.

Dentro do processo de organização, primeiro, foi organizar as comunidades, uma vez as comunidades minimamente organizadas, percebeu-se uma coisa: mesmo com as comunidades organizadas elas continuavam isoladas, antes eram famílias isoladas, casas isoladas aí, veio o processo de organização das comunidades, mas continuavam isoladas, e aí então o Irmão Falco, junto com Dom Mário já, no início da década de oitenta, começaram um novo processo de organização, que era a organização dos setores que agente tem até hoje e que muitas instituições aproveitaram essa organização também para desenvolver seu trabalho, por exemplo, o Mamirauá e quem começou esse trabalho foi a Prelazia de Tefé através dessas figuras. (Tefé, 2013)

Francisco Lima descreve como foi realizada essa divisão de setores para sua melhor organização:

Então, como funciona esses setores: foi feito um levantamento dentro das paróquias. Aquelas comunidades mais próximas, um grupo de cinco comunidades, às vezes um pouco mais, às vezes um pouco menos e reunia-se a aí criava-se um setor. Aquele setor passava a se reunir, passava a ter trabalhos conjuntos, mas aí precisava ter alguém que conduzisse esse trabalho. O padre não tinha condições, porque eram poucos e visitavam essas comunidades uma vez por ano, então precisava ter alguém ali perto e aí começou um processo de pensamento de organização no sentido de ter uma figura que pudesse desenvolver esse trabalho junto essas comunidades no âmbito do setor. (Tefé, 2013)

Essa divisão política, mais tarde, seria adotada pelo IDSM, e quando construiu o mapa da Reserva Amanã, levando em consideração o trabalho de divisão política antes realizada. O mapa (figura 02) abaixo representa as comunidades da Reserva Amanã distribuídas em setores.



**Figura 02:** Mapa da Divisão política da RDSA. Fonte banco de dados do IDSM



Um critério apontado por Francisco Lima para a criação dos Setores é a proximidade geográfica das comunidades. Porém depois que foram formados os Setores, novas comunidades surgiram e foram incluídas naqueles já existentes. Vale ressaltar que esse trabalho de divisão de setores e de organização política através da ação da Igreja Católica, mais tarde foi adotado pelo Instituto Mamirauá.

Segundo Alencar (2010) a organização política era uma das características principais na formação das comunidades incentivadas pelo MEB e na Reserva Amanã isso ocorre a partir da década de 1960:

[...] Surgimento das comunidades, um tipo de organização que tem como característica principal formação de uma organização política que seguia o modelo proposto pelo MEB. As comunidades são formadas a partir da agregação de famílias que residiam de forma dispersa [...] (Alencar, 2010 p. 47).

A formação das comunidades fortemente influenciadas pelas ações sociais do MEB foi determinante para que as famílias pudessem buscar direitos políticos e assistência básica. E para isso o MEB buscou desenvolver um trabalho em que as comunidades pudessem ter lideranças, agentes ambientais, educadores, animadores de setor, líderes comunitários, presidentes de colônias de pesca e da agricultura. Essas lideranças formadas pela pelo MEB, era extrema importância para que as comunidades pudessem se agregar e pensar em uma organização:

Os líderes foram escolhidos pelos demais membros da comunidade, segundo sua identificação com os propósitos dos educadores do MEB. O monitor, todavia, era escolhido pela capacidade cultural ou pelo reconhecimento de que “sabia mais do que os outros, mesmo que soubesse ler pouco”. A escolha assim reconhecidamente limitada correspondia ao empenho para dotar cada comunidade de uma escola (NEVES, 2009 p.81).

As comunidades da RDSA estão organizadas em Setores (ver Figura 02), que possui um Presidente, um Vice-presidente, e também um Coordenador, todos são eleitos pelas membros das várias comunidades que compõe o Setor. Cada Comunidade também possui um Presidente e um Vice-Presidente que são eleitos pelos moradores. O tempo de ocupação desses cargos políticos é de dois anos.

Essa organização referida acima é reconhecida por várias instituições públicas, pelos governos municipais e pelo Estado, e são entidades que permitem aos moradores das comunidades encaminhar suas reivindicações por assistência nas áreas da saúde, educação e na realização de ações voltadas para o manejo de recursos naturais. Portanto, as comunidades se tornaram importantes para pesquisadores, assessores e facilitadores que através de seus trabalhos, ajudaram na implementação de gestão de unidades ambientais (Esterci, 2002 p 54). E claro, tendo todo esse processo facilitado por trabalhos já antes realizados pelo MEB e pelo “Missionário” Irmão Falco. Depois da organização dos setores e das comunidades, as mesmas ganham um caráter, segundo Neves (2009) de Comunidade integrada.

## 2.6. A Igreja Católica e a questão da Conservação Ambiental: surgimento do GPD

Um ano antes do período da realização da ECO-92 foi criado o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) que reuniu representantes de 21 comunidades para tratar do assunto preservação, educação ambiental e desenvolvimento, apoiados pela Prelazia de Tefé (REIS, 2005, p.88). Seu objetivo era levar autonomia para as comunidades em relação à organização política e ambiental, valorizando os agentes comunitários e fazendo com que os mesmos pudessem fazer o monitoramento de suas áreas de preservação, visto que o MEB não daria conta de realizar esse trabalho, de estar efetivamente nas Comunidades.

Um relatório elaborado pelo Departamento do MEB (1998) em Tefé que analisa os trinta e cinco anos de sua atuação na Amazônia através da Prelazia de Tefé mostra que a finalidade do GPD era trabalhar a sustentabilidade na região, adotando um objetivo fundamental para as comunidades: o manejo dos lagos (MEB, 1998).

O GPD surge para fortalecer as Comunidades que viviam uma realidade de degradação ambiental além dos recursos naturais. Segundo Jorge Luiz, hoje diretor da Reserva Extrativista (RESEX) Catuá Ipixuna:

As frotas pesqueiras evoluíram, cresceu muito, daí as invasões dos lagos foram crescendo, a busca pelas espécies de peixe cresceram muito rapidamente e desordenadamente. E com isso a Prelazia começou a discutir junto a comunidade, a organização das comunidades, para ta preservando a área, para não faltar o sustento de cada dia. (Tefé, 2013).

As Comunidades ribeirinhas dessa região estavam em constantes conflitos com a presença dos peixeiros, que faziam dos pescadores seus empregados. A influência da igreja Católica, fez com que esse tipo de exploração fosse amenizado em decorrência da implementação da prática do manejo<sup>6</sup> de recursos naturais trabalhados pelo GPD, que está baseado em normas que limitam a ação do homem em relação à extração dos recursos naturais, fauna e flora, partindo da ideia de que o indivíduo faz parte do ecossistema e não é dominador do mesmo. Entretanto, esse movimento de preservação de lagos surge ainda nos tempos da criação de comunidades, em que as práticas de manejo já haviam sido direcionadas pelo MEB e por Irmão Falco (Reis, 2005).

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.mamiraua.org.br/downloads/plano-de-manejo>

Reis (2005) afirma que o movimento de preservação de lago se consolidou nos anos de 1980, e a principal motivação das comunidades ribeirinhas “era com os estoques de pesqueiros, ameaçado pela atividade predatória”. Nesse período grandes barcos vindos do centro começaram a intensificar a atividade de pesca usando técnicas de pesca moderna (Reis, 2005 p.88; 89). Reis afirma que:

O movimento visava proteger, em primeiro lugar o sustento da população, que dependia basicamente da agricultura e da pesca. No interior o trabalho de preservação de lagos consistia no incentivo para que os moradores protegessem suas fontes de subsistência, identificando os lagos preservados de manutenção e procriação, “conscientizando” as comunidades para a proteção e fiscalização de seus territórios. (Reis, 2005 p. 89)

Para que a realização de atividades de manejo de recursos naturais as Comunidades tiveram que se organizar para realizar um “cadastro de lagos preservados, registrando as distancias dos lagos em relação às vilas e informando o número de moradores de cada localidade” (Reis 2005 p. 89), assim facilitando o monitoramento de lagos protegidos. Esse trabalho de preservação começou quando as Comunidades foram orientadas a separar os lagos (MEB, 1998): a) **Lago de Preservação:** onde não é permitida nenhuma forma de pesca; b) **Lago de Conservação:** onde a pesca permitida é a de subsistência e com uso de utensílios artesanais; c) **Lago de Comercialização:** onde a pesca comercial é permitida.

De acordo com Cunha (1998) o modelo de preservação de lagos na região do Médio Solimões estão construídos em três fases:

- 1) Fase pioneira: marcada pela presença física do Irmão Falco (padre espiritual) responsável pela Coordenação de Pastoral da Prelazia de Tefé e grande entusiasta do movimento, esta fase vai de 1980 a 1988, ano de sua morte. As primeiras experiências começaram a surgir em 1982, quando foram lançadas as bases de um modelo de preservação que seria difundido em toda a Prelazia com o passar dos anos.
- 2) Período de expansão: mesmo com a morte do Irmão Falco, o movimento de preservação seguiu em frente, com o apoio da Prelazia de Tefé e de seus órgãos de apoio, entre eles o MEB, a Coordenação de Pastoral e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), atingindo um maior número de comunidades. Esta fase vai até 1992, quando foi criado o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD).
- 3) Atuação do GDP: as comunidades envolvidas com a preservação buscam uma organização autônoma da Igreja e durante as discussões geradas pela

realização da ECO 92, decidem criar o GPD. Atualmente o GPD reúne 26 comunidades dos municípios de Tefé, Alvarães e Marãã. Esta fase é marcada por tentativas de se promover mudanças no modelo de preservação inicial, objetivando associar os esforços de preservação com um retorno financeiro para as comunidades (Cunha, 1998 p. 03)

Reis (2005) também considera o fato do manejo de recursos naturais realizado por comunitários da RDS Mamirauá estar baseado no conhecimento popular e respaldado por pesquisas científicas, envolveria “aspectos relacionados ao homem e a natureza, por meio de maneiras racionais de utilização do meio ambiente sem desvalorizar o conhecimento das populações tradicionais da região” (Reis, 2005). Este conhecimento é incorporado na elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, que visa ordenar a forma de uso do território. A partir do Plano de Manejo nascem duas medidas básicas, “[...] O zoneamento (que indica as zonas de uso e preservação) e as normas de manejo, que orientam para as regras de extração das espécies utilizadas segundo as épocas de reprodução (defeso), porte, sexo dos animais, etc. [...] (Reis, 2005. p 52).

Outra forma de manejo foi o Reflorestamento (MEB, 1998) que visava o plantio em áreas desmatadas, nas quais seriam plantadas árvores em locais já roçados para garantir o sustento de gerações futuras. Essas alternativas postas em prática fizeram com que as Comunidades pudessem garantir uma forma mais sustentável de uso dos recursos naturais, e que mais tarde serão estudadas e aprimoradas por ações governamentais, uma delas o IDSM, que adotou grande parte da metodologia aplicada pela Igreja Católica da Prelazia de Tefé, ainda nos anos 1980 e início de 1990 (Reis, 2005).

Para realizar o manejo dos recursos naturais as comunidades devem estar em concordância com uma série de regras que limitam a utilização dos recursos. Foi organizado, então, um conjunto de regras para que os próprios moradores pudessem gerenciar o manejo, como: diferenciar os lagos, vigilância, zoneamento, entre outros.

Irmão Falco, que representa a fase pioneira do manejo de lagos (Cunha1998), teve uma participação tão marcante nesse processo que foi dedicado a ele um cântico criado pela Prelazia de Tefé que faz parte de uma coletânea de cânticos que foi impresso em um livreto no ano de 2002 chamado de “*M'bora cantar*”. Na apresentação do



livreto, percebemos a preocupação em transmitir um pouco da história dos missionários que fizeram parte da atuação da Igreja Católica na construção das Comunidades.

Separamos um trecho do cântico “*Grita Falco*” que marca a atuação do missionário em relação a preservação da natureza e que foi cantado por duas moradoras de Comunidades diferentes em entrevistas para nosso trabalho, uma em São Raimundo do Jarauá e a outra em São João do Ipecaçu. A primeira, Maria Luziliana (Jarauá), e a segunda, Maria Erli (Ipecaçu),

*“Irmão Falco, destemido e forte/Preservador de toda natureza/Incentivo de toda nossa sorte/ Seguimos juntos com toda certeza”* (2002, p. 72)

Poderíamos supor que esse cântico foi criado pela Igreja para doutrinar, ou até mesmo gerar um sentimento de santidade para o missionário da Igreja Católica, entretanto o que encontramos nas entrevistas realizadas em campo é a narrativa sobre o grande engajamento de Irmão Falco nas questões relacionadas à preservação ambiental. Tal discurso não se deu somente com pessoas que moram no Setor Coraci, mas também na cidade de Tefé, Alvarães e outras Comunidades nas quais passamos. Maria Luziliana e Maria Erli que fizeram questão de mostrar o cântico e cantar, confirmaram com aparente veracidade, emoção e gratidão a importância do trabalho de Irmão Falco, como a própria letra nos mostra.

Além dos comunitários, outras pessoas afirmam de maneira categórica a importância do trabalho de Irmão Falco como, como por exemplo, Maria Mercês, que trabalha no IDSM e trabalhou no MEB. A mesma informou que o missionário passou por várias Comunidades ainda no início da década de 1980, propagando a preservação e trabalhando não somente nas Comunidades, mas também em Tefé.

O professor Protásio Lopes Pessoa, que foi o primeiro coordenador do MEB ainda na década de 1960 e reside na cidade de Tefé, nos relata que existiu uma época em que o MEB, a partir das visitas as comunidades, constatou a falta de peixes em várias delas. Foi quando Irmão Falco surgiu com a ideia do manejo de lagos, “Olha, nas localidades que sempre sofrem isso aí, tem dois ou três lagos. Um é para pesca, outro pra procriar, né?! Não pode pescar lá, aquele lago fica separado. (Protásio Pessoa. Tefé, 2013). Esse depoimento mostra a forma de atuar do Irmão Falco em relação a

preservação do meio ambiente, estimulando práticas sustentáveis para os moradores das Comunidades.

Além da cidade de Tefé, o reconhecimento do missionário é evidente também na cidade de Alvarães, onde conversamos com Rosanildes Oliveira Rodrigues, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde da cidade de Alvarães. A mesma afirma que, quando Irmão Falco chegou à comunidade de Porto Braga, percebeu que havia uma proteção de lagos feita pelas Comunidades contra invasores de outras cidades e afirmou a eles que o que estavam fazendo era uma prática de preservação e pediu para que as Comunidades mais próximas se juntassem a Comunidade de Porto Braga e documentassem seus direitos para que seus anseios políticos e sociais fossem atendidos.

Um envolvimento entre as pessoas das comunidades e a Igreja Católica é efetivado com a realização do “*ajuri da palavra de Deus*” (culto realizado por catequistas da Comunidade formados pelo MEB), as comunidades começam a entender a importância da preservação da natureza. Aí os trabalhos de manejo começam a ser postos em prática. O trabalho de preservação de lagos, hoje consolidado, é uma das heranças deixadas pelo MEB.

## **2.7. Irmão Falco: um pouco de sua história**

Neste tópico iremos mostrar como a atuação de Irmão Falco foi de extrema importância política, social e religiosa para a origem das comunidades. Michiels Falco nasceu na Holanda em 29 de novembro de 1934 e faleceu em 25 de julho de 1988 já na cidade de Tefé. Seu corpo está enterrado no cemitério Catedral da Saudade na cidade de Tefé. Ele foi residir na cidade em 12 de fevereiro de 1964, pouco depois da chegada do MEB.

Nos primeiros anos de atuação na região trabalhava na elaboração da liturgia das missas e fazia trabalho de edificações. Segundo a professora Elizabete Gama<sup>7</sup>, o mesmo trabalhava como engenheiro, pois fez curso na Holanda, e que o mesmo ajudou a construir, desenhar e reformar vários prédios que hoje existem na cidade de Tefé, e

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada na cidade de Tefé em Janeiro de 2013

outros em Alvarães<sup>8</sup>. Durante a entrevista, a professora Elizabete Gama tentou apontar as motivações que levaram Irmão Falco a se engajar com a questão ambiental, visto que para ela, no Brasil essa discussão é recente, e só vem acontecer depois da década de 1980.

[...] Parece que ele (Irmão Falco) se dedicava a questão da lavoura, né?! Ele era muito inteligente, se formou no curso de magistério, e nesse tempo eu trabalhava na Matemática, didática da Matemática e dava estatística e também trabalhei com ecologia e ele foi meu aluno e posso dizer que foi uma semente que talvez já tivesse sido plantada em algum lugar, mas que eu ajudei a fortalecer. [...] Teve na década de 1950 quando houve um acidente, uma inversão térmica na Inglaterra, e que a Inglaterra foi o primeiro país que levantou a bandeira do meio ambiente que foi a lei do ar puro, né?! Porque esse acidente com inversão térmica matou em questão de quatro dias 4 mil pessoas mais idosas e crianças que tem o aparelho respiratório mais frágil, né? [...] Quando ele terminou o curso de Magistério começou a fazer viagens por esse interior todo, aí ele começou a trabalhar com o sistema de rodízio de lagos em termos de ordenação da pesca. Foi o pioneiro na região. Aí ele criou várias lideranças comunitárias que, além de serem lideranças católicas eram lideranças que também que puxavam essa corrente, essa bandeira, né?!, da questão ambiental... Ele também na área da Reserva Mamirauá, houve várias comunidades que tiveram influencia dele, o Jarauá, o outro lado Japurá, também trabalhou na costa de Tefé, o lago de Tefé, ele semeou a semente da preservação em estilo, porque agente trabalhava muito com a teoria, mas agente não tinha instrumento e nem competência no sentido de poder pra implantar as coisas [...] (Elizabete Gama. Tefé, 2013).

Para Elizabete Gama os problemas ambientais não eram algo novo para Irmão Falco, visto que o mesmo nasceu na Europa e vivia problemas ambientais como o destacado pela Professora na entrevista. Existe também uma versão de que Irmão Falco era de uma região rural da Holanda e, por isso, conhecia de alguma forma, técnicas de preservação, entretanto essa é apenas uma hipótese que compreende o engajamento de Irmão Falco no trabalho de conservação de recursos naturais.

Irmão Falco começou a viajar para o interior, visitando as populações ribeirinhas e modificou a realidade das Comunidades em relação à falta de diretrizes políticas, educacional e ambiental. Auxiliado pelo trabalho do MEB, Irmão Falco foi reconhecido por várias pessoas como um grande missionário e agente da construção de ideias que melhorariam a vida das pessoas, pois pregava que “para viver em comunidade, era preciso se organizar e respeitar a natureza sempre.”

---

<sup>8</sup> O Irmão Falco foi aluno no curso de Magistério, onde a professora Elizabete Gama ministrou aulas.



**Figura 03:** Irmão Falco na Pastoral da Solidariedade (Seminário). Fonte: Centro Ir. Falco em Tefé.

Irmão Falco realizou trabalhos presenciais, abordando a formação religiosa das Comunidades, de lideranças comunitárias e trabalhando o manejo do roçado e do pescado, visto que em muitas localidades não se via mais peixes, segundo alguns moradores das comunidades. Pensando sobre essa escassez e a situação das comunidades ainda na década de 1980, começa a trabalhar a preservação de recursos naturais e durante esse processo trouxe transformações por onde passou, deixando um legado na estrutura das Comunidades, nas memórias de pessoas que hoje lamentam a sua ausência, e que gerou certa descrença em relação a continuidade de seus trabalhos.

A partir de todo trabalho realizado por Irmão Falco através de seus ensinamentos na educação ambiental e a solidariedade como a essência do bem em sua trajetória, fez do mesmo um líder que ultrapassa o sentido material de sua importância. Assim, o trabalho de Irmão Falco é reconhecidamente um dos mais importantes para as comunidades situadas na região do Médio Solimões, dentre elas, a Comunidade de São João do Ipecaçu, localizada na Reserva de Amanã, onde o trabalho de preservação de recursos naturais foi reconhecido pelos moradores, além da preocupação com a sustentabilidade e o futuro dos mesmos.

Para Maria Erli das Chagas, moradora da comunidade de São João do Ipecaçu, localizada no Setor Coraci na Reserva de Amanã,

Irmão Falco não falava só de Deus, ele dizia: plantem para vocês e para os outros, porque se você mora aqui, você planta. Você vai embora, vem outro e colhe. E se o outro também for embora, quando ele sair de lá planta pra outro que vai chegar. Maria Erli das chagas. (São João do Ipecaçu, 2013)

Nesse trecho da entrevista pode-se perceber que o Irmão Falco evangelizava, mas também trabalhava as práticas de conservação. Um dos lemas difundidos para as pessoas era o “plantar e colher”. Uma frase repetida por vários moradores e outros entrevistados é: *“Plantem pra você e para os outros”*. O trabalho de separação dos lagos também foi comentado, pois Erli afirma que, Irmão Falco percebeu que o trabalho de separação de lagos vinha funcionando, sendo assim, começou a aplicar esses sistemas em outras comunidades também.

Poderíamos arriscar um conceito weberiano: o *carisma*, para Irmão Falco, tão falado e respeitado pela maioria dos moradores das Comunidades por onde passou. Entretanto, não no sentido de dominação carismática, mas fundamentado no sentimento de herói, ou liderança revolucionária, na qual promoveu o bem estar social e religioso às pessoas (Weber, 1999).

Irmão Falco fomentou nas Comunidades a criação de grupos de trabalho para promover a preservação de lagos e florestas. Por onde passou, deixou mensagens de sustentabilidade e também falava da organização dos setores. Segundo Erli a comunidade do São João do Ipecaçu que estava com dificuldades para ter água e Irmão Falco, “usava um galho de árvore em formato de baladeira, com o objetivo de encontrar água potável, o mesmo ia segurando nas duas pontas e onde a ponta da forquilha tremesse era onde podia cavar o poço”.

Nas entrevistas realizadas com pessoas residentes na cidade de Tefé, e com moradores das comunidades visitadas, a figura de Irmão Falco aparece como um grande personagem relacionado à consciência ambiental, além de sua participação direta para formação dos Setores. Irmão Falco, que já havia sido referido em trabalhos anteriores como os de Reis, Lima e Alencar, entre outros, aparece em vários momentos nas entrevistas realizadas em diferentes locais: Instituto de DSM, Prelazia de Tefé, Ex-Coordenadores do MEB, funcionários da prefeitura de Tefé, presidente de comunidades do Setor Coraci, ex-funcionário da Prelazia e por fim comunitários que viveram a época de Irmão Falco. Lembranças coletadas sobre sua importância são parte desse trabalho.



**Figura 04:** Local onde Irmão Falco cavou o primeiro poço em São J. do Ipecaçu.

Segundo moradores de São João do Ipecaçu, onde não se encontrava mais peixes, depois de um tempo as espécies começaram a reaparecer e o trabalho de Irmão Falco foi considerado fundamental para reaparecimento das espécies. Se não um herói carismático no modelo weberiano, mas um condutor da semente do modelo de sustentabilidade. Os moradores do Setor Coraci acreditam que estão colhendo frutos desse trabalho que teve início nos anos de 1980, e ainda trabalhado pelo IDSM, em um contexto onde o capital entra com muita força nessa região rica de recursos naturais. Irmão Falco dizia, “*precisamos colocar pessoas para vigiarem os lagos*”, e as pessoas diziam: “*mas ele pode ajudar outras a retirar os peixes*”, a resposta de Irmão Falco era de imediato, “*então precisamos ter o vigia do vigia*”. Essa conversa entre Irmão Falco e os moradores do Setor Coraci foi apresentada em todas as Comunidades onde passamos, exceto a do Ebenezer, onde a entrada não foi possível, mas que não era um objeto da pesquisa.

### **03. A CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS**

#### **3.1 AS RDS e as ações de conservação de recursos naturais**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) foi criada em 1998 e está localizada na região do médio Solimões, próximo à confluência com o rio Japurá, a aproximadamente 650 km, a oeste da cidade de Manaus. Surge com o objetivo de atuar na preservação dos lagos, das florestas e dos animais que estavam em processo de extinção. É uma Unidade de Conservação criada pelo governo do Estado do Amazonas, e que é administrada pelo Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia (IPAAM) (Alencar, 2007):

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável pertencem a uma categoria de área protegida prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujo objetivo básico é conciliar a conservação da natureza à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. A criação desse modelo foi inicialmente proposta pela Sociedade Civil Mamirauá, durante a execução do Projeto Mamirauá, e é baseado em programas de manejo fundamentados em pesquisa científica para zoneamento da área e normatização do uso dos recursos naturais locais. A população participa intensamente desse processo, uma vez que deve ser a responsável pela gestão da área. Na época de sua criação, no início dos anos 1990, a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável ainda não havia sido elaborada, o que ocorreu em 1996 com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a primeira reserva do Brasil. (Disponível em: <http://www.mamiraua.org.br/reservas/>)

A Reserva Amanã também é formada a partir da atuação do catolicismo, onde a população esteve presente diretamente na formação das Comunidades e grupos para realizar um trabalho voltado não somente para a educação, mas também para proteção dos recursos naturais, onde lideranças, diretores e gestores locais foram treinados para realizar todo esse trabalho no setor onde se encontra sua Comunidade.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)<sup>9</sup> foi criado em 1999, com o intuito de trabalhar pesquisa “científica para a conservação da biodiversidade através de manejo participativo e sustentável dos recursos naturais na Amazônia” (IDSM). Além de realizar pesquisas, administra o manejo dos recursos

---

<sup>9</sup> <http://mamiraua.org.br/institucional>

naturais em algumas Comunidades que fazem parceria com a Instituição, e que também se baseou no trabalho desenvolvido pelo MEB. Segundo o administrador da Prelazia de Tefé, Francisco Andrade, quase todo o trabalho realizado pela Prelazia foi adotado pelo Instituto, no que se refere ao modelo de organização política e gestão dos recursos naturais. Adotou toda divisão política elaborada pelo trabalho da Igreja na formação dos setores, além organização das Comunidades, uma herança deixada pelo MEB.

Um das heranças deixadas pelo MEB foram às políticas de sustentabilidade devem contemplar a população que moram no interior de áreas protegidas, além de fomentar maneiras de integrar os grupos visando o não esgotamento dos recursos (Reis, 2005). Uma das propostas, segundo Lima (1997), para praticar ações sustentáveis na região seria através da criação de Unidades de Conservação. Onde as áreas de proteção seriam divididas em dois tipos: “Áreas de uso direto, formadas pelas unidades de conservação que permitem diferentes formas de manejo sustentado [...] e unidades de conservação de “uso indireto”, que consistem em áreas totalmente preservadas” (LIMA, 1997 p. 286).

Em 1984 na tentativa de preservar uma determinada extensão territorial para preservação de algumas espécies de macacos na Amazônia, o biólogo Marcio Ayres e o Fotógrafo Luis Marigo encaminharam para secretaria de Meio Ambiente SEMA uma proposta de preservação para essa região (LIMA, 1997 p. 290). Essa proposta, mais tarde, levou as instâncias governamentais a pensar o Projeto Mamirauá e que mais tarde, em 1992, se tornaria a Sociedade Civil Mamirauá, onde organizações também não governamentais entram com recursos para viabilizar pesquisas nas reservas e garantir a manutenção de seu funcionamento.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá seguiu alguns direcionamentos: “Preservação do patrimônio cultural; pesquisas sobre a biodiversidade; combate a pobreza pela promoção do desenvolvimento sustentado.” (LIMA, 1997 p. 291). Segundo Marise Reis (2005) essa reserva,

[...] É especial por realizar, desde 1990, uma experiência pioneira unindo a conservação da biodiversidade à melhoria da qualidade de vida da população e por propor o manejo sustentável e participativo dos recursos naturais envolvendo cientistas e, principalmente as “comunidades” locais [...] (Reis, 2005 p. 23)



O primeiro Plano de Manejo orientou a utilização dos recursos pelos usuários, garantindo a reprodução de ecossistemas, tendo por princípios a proteção da natureza, além da melhoria das condições de vida das populações locais e a participação de lucro integral no manejo dos recursos (Reis, 2005). Dessa forma “o manejo pretende garantir a participação das comunidades em relação à proteção do meio ambiente, indicando o zoneamento das áreas de uso e preservação, orientação das normas que irão selecionar as espécies para a utilização dos recursos naturais, levando em consideração algumas peculiaridades como: o defeso, porte, sexo dos animais” (REIS, 2005 p. 52)

A reserva não direciona somente para preservação do meio ambiente, mas também para garantir condições de vida às pessoas que vivem as margens dos rios, pensando a relação entre as Comunidades e o meio onde vivem. Vale lembrar e destacar que a Igreja, através do MEB, já vinha realizando um trabalho na região, formando Comunidades, criando setores, alfabetizando pessoas, despertando um olhar crítico dos moradores da região e sobre questões ambientais. Dessa forma, a participação das Comunidades foi efetiva na questão da preservação de lagos, sendo este último idealizado ainda no início dos anos 1980 por Irmão Falco em quase todas as Comunidades.

Mesmo com o receio de parte das pessoas da região em aceitar o projeto da Reserva (Reis, 2005), a ação teve apoio de quase todas as comunidades que estavam ligadas diretamente à reserva que, segundo Lima, foi facilitada pelos trabalhos elaborados pelo MEB (LIMA, 1997 p. 302). Reis afirma que mesmo sem aviso prévio para formação da Reserva, as Comunidades já apresentavam a predisposição para o engajamento em relação ao manejo, sendo que esse trabalho que já havia se iniciado através das práticas da Igreja Católica. Assim a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) <sup>10</sup> se consolida adotando o trabalho realizado pelas atuações do MEB e de Irmão Falco.

O IDSM, além de respeitar a divisão política das Reservas, também reconhece a forma de atuação das Comunidades considerando o “sistema de representação política com eleição de cargos de presidentes, vice-presidente, secretário entre outros” (Lima, 1997). Essa forma organização das Comunidades funciona e até os dias de hoje é levada em consideração. A divisão dos “três lagos” criada pela Prelazia de Tefé, a chamada “lei

---

<sup>10</sup> Ver o site do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá:  
<http://www.mamiraua.org.br/reservas/mamiraua>

da pesca”, foi adotada também pelo IDSM. Se fizermos uma análise comparativa dos projetos de manejo as semelhanças não são meras coincidências. Segundo Raimundo Ribeiro Romaine, que trabalhou no MEB ao final da década de 1990 e hoje é funcionário do Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC) e gestor de RDSM, muito do que foi criado pelo MEB o IDSM ainda trabalha principalmente na questão da preservação e no manejo de recursos naturais.

A fala dos moradores das Comunidades representa bem o que estamos trabalhando nesse tópico, pois muitos afirmam que, quando o IDSM chega para realizar o trabalho de manejo, já havia prática de ações sustentáveis desde a década de 1980. Erli das Chagas diz, *“O que temos de consciência ambiental hoje é uma herança do que foi trabalhado no tempo do MEB e de Irmão Falco”*. Essa fala não aparece somente em São João do Ipecaçu, mas também em São Raimundo do Jarauá quando Maria Luziliana, moradora da Comunidade, afirma a mesma ideia: *“essas reuniões de manejo parece com as que antes eram feita pela Igreja”*. Não há dúvida de que o modelo adotado pelo IDSM é, de maneira geral, o que o MEB trabalhava anteriormente como já foi visto em outros trabalhos como os de Reis, Alencar e Lima, porém, a fala dos comunitários nos confirma mais uma vez a importância da atuação das políticas de preservação da Prelazia de Tefé trabalhadas com a Comunidade, onde nos dias de hoje é latente uma organização antes promovida pela Igreja com os moradores das localidades.

A criação de áreas protegidas no Brasil é um assunto muito discutido, pois há quem não está de acordo com as políticas de proteção ambiental, afirmando que a apropriação foi sempre pensando no progresso. Para o pesquisador Diegues (2000), há muitos conflitos de ideias entre a vertente progressista e a preservacionista, o texto a seguir refere-se ao contexto estadunidense:

[...] No pós-guerra, os conflitos entre os três setores da *"Progressive Era"* continuaram, com avanços significativos dos que propugnavam eficiência no uso dos recursos naturais e dos *"desenvolvimentistas"*, por meio da construção de inúmeras hidrelétricas, sobretudo no Oeste. A escola estético/ecológica (preservacionista) também conseguiu vitórias significativas, assegurando a inviolabilidade dos parques nacionais, construindo uma base importante para o movimento ambientalista emergente dos anos 60 e 70[...](Diegues, 2000 p.121)

Na Amazônia o uso dos recursos naturais, em vários momentos, foi pensando de maneira desenvolvimentista, onde se degrada ecossistemas para desenvolver o país através de construções de barragens, retirada de madeira de forma não planejada, extração de minérios, construção de estradas ao longo da floresta entre outros. Esse tipo

de visão desenvolvimentista não levou em consideração as especificidades e necessidades das realidades locais e de grupos que vivem no interior dos rios e florestas.

Afirma Diegues (2000):

[...] Como toda a mitologia antiga tem seus guardiães (os mais velhos, os pajés, etc), os neomitos da conservação também possuem os seus — entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes — os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc [...] (Diegues, 2000 p. 42)

As áreas protegidas no Brasil são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e que regulamenta a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Reis, 2005 p. 49). O artigo 2º da SNUC afirma que:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora; (Publicado no D.O. de 19.7.2000)

Essa nova lei ambiental fortaleceu a criação de áreas protegidas no Brasil, especialmente por incluir as áreas de uso direto ou de uso sustentável, que admitem a presença humana, como as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. E manteve as áreas de proteção integral como os Parques Ecológicos, as Estações Ecológicas e os Parques Nacionais.

#### **4. A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO SETOR CORACI**

O Setor Coraci é formado por comunidades que estão situadas na RDS Amanã, e se destaca pela forte presença dos agentes pastorais da Igreja Católica nos anos 1980, que atuaram na organização política das comunidades e na formação de lideranças. Também foi cenário de atuação do GPD e de outros movimentos preservação ambiental.

As comunidades que fazem parte desse setor e suas origens religiosas são: a) São João do Ipecaçu: Católica; b) Matusalém: Evangélica (Adventista do Sétimo dia); c) Nova Canaã: Evangélica (Assembléia de Deus); d) Iracema: Católica; e) São Paulo: Católica; f) Vila Nova: Católica

No estudo da formação de comunidades na área da Reserva Amanã Alencar (2007) afirma que “o surgimento das comunidades nos anos 1960 e 70 são caracterizadas pela existência de uma organização política que seguia o modelo proposto pelo MEB e a agregação de famílias que residiam de forma dispersa foi importante para a formação das comunidades e também dos Setores na Reserva de Amanã” (ALENCAR, 2007 p. 29).

Segundo Francisco Andrade a organização dos Setores foi feita da seguinte forma:

Foi feito um levantamento dentro das paróquias, né?! Aquelas comunidades mais próximas aí um grupo de cinco comunidades, às vezes um pouco mais às vezes um pouco menos reuniam-se e ali criava-se um setor. Aquele setor passava se reunir passava a ter trabalhos comunitários e em conjunto, né?! Mas aí precisava alguém que conduzisse esse trabalho, o padre não tinha condições porque eram poucos e visitavam as comunidades uma ou duas vezes por ano, então precisava ter alguém ali perto e aí começou um processo de pensamento de organização no sentido de ter uma figura que pudesse desenvolver esse trabalho junto a essas comunidades no âmbito do setor, aí foi criado o “animador de setor” que existe até os dias de hoje. (Tefé, 2013).

O trabalho realizado pela Prelazia de Tefé através do MEB buscava a melhoria das condições de vida das pessoas que moravam de forma dispersa no interior da Reserva (Alencar, 2007). O trabalho na formação de lideranças políticas foi determinante para que as comunidades formadas pudessem trabalhar os objetivos

propostos anteriormente pelo MEB em relação a organização do Setor e das Comunidades.

As famílias que formam as Comunidades de Matusalém e Nova Canaã, já fizeram parte da Comunidade de São João do Ipecaçu e hoje fazem parte do Setor Coraci. As comunidades que são classificadas como Católicas foram formadas ainda no período em que irmão Falco realizava, junto com Irmã Adonai, que trabalhava na Prelazia de Tefé, trabalhos voltados à preservação e formação de lideranças religiosas. Irmã Adonai, fazia um trabalho mais voltado à parte burocrática e viabilizava resoluções de problemas relacionados a aposentadoria de pessoas mais idosas das Comunidades. Já o trabalho do Irmão Falco estava voltado para o manejo e a formação das Comunidades.

O trabalho de Irmão Falco, e da Prelazia de Tefé através do MEB foi bem recebido pelas Comunidades, e foi acompanhado por membros da própria comunidade que eram treinados pela Igreja para trabalhar pregações religiosas e formação de lideranças. O objetivo era fazer a organização dessas famílias em comunidades além do trabalho de alfabetização, de preservação ambiental e a organização política (Alencar, 2007).

Os moradores da comunidade do São João do Ipecaçu, falam com saudade do tempo em que Irmão Falco atuou na área, pois o mesmo desenvolvia tanto trabalhos socioambientais, como brincadeiras com as crianças, trabalhando um ideal de comunidade a partir da ajuda mútua. Ele pregava a convivência em comunhão onde todos se ajudariam, caso precisassem. Irmão Falco foi importante para que as Comunidades aprendessem a trabalhar sem precisar explorar a natureza de forma desordenada.

No trecho do cântico que está destacado mais abaixo, fica evidente o que simboliza a atuação do missionário, e deixa evidente as características positivas atribuídas ao Irmão Falco:

***Grita Falco lá da eternidade, o teu exemplo é nossa coragem, a tua voz é nossa liberdade, lembramos sempre essa tua imagem.***

*Falco na fé e na inteligência distribuiu os nossos setores. Acertou tudo com paciência que só que tem são rios de amores.*

*Minha gente vamos para frente. Bem preservando todo o nosso lago. Vamos lutar muito conscientes que Irmão Falco está do nosso lado. (Extraído do livroto chamado de “M'bora cantar” ano de 2002.)*

Como se pode observar, o cântico demonstra o reconhecimento que hoje ainda existe da importância do trabalho de Irmão Falco. E esta reverência é algo que deve ser estudado ainda mais, pois de forma direta seu trabalho influenciou na construção de uma consciência ambiental de forma institucionalizada, pois a Igreja Católica através do MEB, de Irmão Falco, da Irmã Adonai (que atuou em parceria com Irmão Falco nas Comunidades), de Dom Mário, de Dom Joaquim (bispo que implantou a Radio Rural de Tefé) construiu ao longo do tempo uma série de situações que mais tarde casariam com os movimentos ambientais, com as propostas dos planos de manejo das reservas, e na relação do Instituto Mamirauá com as Comunidades.

O cântico também demonstra uma das ações mais importantes do Irmão Falco que é a organização das comunidades em Setores, e o fato dele ser cantado em outras Comunidades, mostra que sua ação tem relevância não somente para as comunidades do Setor Coraci, mas também de outros setores das RDS Mamirauá e Amanã. A preservação de lagos também referida no cântico foi um trabalho realizado junto aos comunitários que mais tarde foi incorporado nos projetos de manejo de recursos pesqueiros, uma espécie de acordo de manejo de pesca entre as Comunidades do Setor.

#### **4.1 A relação entre o homem e a natureza: a importância da religiosidade nessa convivência**

A relação homem x natureza foi marcada por mitos, alegorias, costumes e compreensões de dominação como antes analisadas por Thomas, onde muitas vezes determinava a relação social e econômica, não somente nessas questões, mas também como norteadora das próprias regras entre as relações humanas como vemos em *Os Nuer* (Evans Pritchard 1979), quando a figura de um animal pode determinar, a partir de um significado, uma lógica de conflitos e de harmonias.

O trabalho de Heraldo Maués *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa comunidade de pescadores* (1990), foi desenvolvido em uma comunidade de pescadores no município de Vigia chamada de Itapuá de Fora (Itapuá) na região do salgado, Nordeste do Estado do Pará na década de 1970. O trabalho foi realizado para estudar um setor da medicina denominada de *Folk* que ocorre no povoado de pescadores de Itapuá, onde foram trabalhadas as doenças consideradas naturais e não-naturais reconhecidas pela população (Maués 1990).

As doenças não-naturais trabalhadas por Maués possuem relações diretas com a natureza. Figuras como o *Boto*, *Curupira*, *Mãe do mato*, são entidades que, para os moradores de Itapuá, podem causar doenças quando há desobediência de regras. Ou seja, a relação dos moradores de Itapuá está diretamente ligada as suas crenças que estão relacionadas com a natureza, regras e limites impõem o modo de vida entre as pessoas e o meio natural. A religião não é diferente, tendo em vista que os rituais Xamânicos de cura estão ligados as ervas e defumações que fazem parte do ambiente natural, além do poder de castigo que os mitos da natureza podem causar aos seres humanos.

Além das “alegorias mitológicas”, a interferência da religião na relação entre homem e natureza também se dá a partir das instituições, que elaboram planos para nortear tais interações, mas é bom ressaltar que essa relação ora é imprudente ora é sustentável. No caso da Igreja Católica e todas as transformações de sua atuação ao longo do tempo, podemos considerar que, no Brasil, o MEB, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) entre outros movimentos, são ações da Igreja que ajudaram a nortear a relação entre o homem e a natureza na Amazônia.

O desenvolvimento dessa relação no âmbito da conservação foi de grande importância para as áreas de preservação no Estado do Amazonas. A socióloga Marize Reis (2005) considera que o fato do manejo de recursos naturais realizado por comunitários da RDS Mamirauá, ser baseado no conhecimento popular e respaldado por pesquisa científica, envolveria “aspectos relacionados ao homem e a natureza, por meio de maneiras racionais de utilização do meio ambiente sem desvalorizar o conhecimento das populações tradicionais da região” (Reis, 2005). Este conhecimento é incorporado na elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, que visa ordenar a forma de uso do território.

A partir do Plano de Manejo nascem duas medidas básicas:

[...] O zoneamento (que indica as zonas de uso e preservação) e as normas de manejo, que orientam para as regras de extração das espécies utilizadas segundo as épocas de reprodução (defeso), porte, sexo dos animais, etc. [...] (Reis, 2005. p 52).

Portanto, o trabalho das instituições também interfere nessa relação conflituosa, tendo em vista que a forma de interação entre o homem e a natureza é sustentada pela sua subsistência e pela conservação. E mesmo que a Igreja Católica tenha sustentado a ideia de dominação dos recursos naturais em tempos passados, e que Igrejas de outras denominações estão se expandindo para áreas de reserva não trabalhem a educação ambiental, temos algumas ações que lutam por essas questões que são fundamentais para refletirmos sobre a interferência direta no uso dos recursos naturais feitas pelo homem, como fora pensado antes mesmo da década de 1960 quando:

"Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas adinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais, surgidas em vários países no séc. XIX "(Viola 1986 APUD Diegues p. 14)

Todavia nem sempre iremos encontrar a preservação da natureza como ponto principal na sociedade dos dias de hoje, pois Lima (1997 p.300) afirma que na Amazônia, algumas comunidades que eram de congregações evangélicas não apoiavam o trabalho do MEB em relação a preservação dos recursos naturais, “pois afirmavam que a Igreja Católica promovia a pobreza e não o desenvolvimento, por não definir lagos para comercialização”. Alencar (2010) também aponta a atuação da Igreja com o viés ambientalista e para aprofundarmos a questão da atuação das Igrejas nos grupos sociais da região faremos um estudo sobre o conceito de comunidade, além de discutir a formação de setores na Amazônia, mais precisamente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, no estado do Amazonas.

#### **4.2. A atuação das Igrejas Evangélicas no Setor Coraci e o tema da conservação ambiental**

Trabalhar o tema ‘conservação ambiental’ e relacionar ao Pentecostalismo ou a qualquer tipo de Instituição Evangélica é algo ainda muito recente, pois nas Comunidades pesquisadas, não se vê atuação dessas Igrejas em relação ao tema. Na



pesquisa bibliográfica também não encontramos trabalhos que relacionassem esses temas. Lima (2007) afirma que as ações da Igreja Católica eram vistas por evangélicos como ações que promoviam a pobreza e lançavam críticas ao modelo de atuação da Igreja Católica em relação à forma de manejo dos recursos naturais (Lima, 1997).

Um dos objetivos desse trabalho era buscar informações sobre as atuações dessas Igrejas presentes nas reservas, e no decorrer da pesquisa encontramos um trabalho sedimentado da Igreja Católica, e as relações entre católicos e evangélicos estava constantemente na iminência do separatismo, seja por doutrinas ou pontos de vista divergentes sobre como agir em situações do cotidiano. O conflito não relatado nas entrevistas, muitas vezes aparece nas entrelinhas do discurso, pois quando um grupo, mínimo de pessoas que não podem realizar um culto em um espaço, porque já se realiza um anterior, algum tipo de discórdia pode ter ocorrido, pois como vemos em muitas Comunidades em que o catolicismo é a religião oficial, igrejas evangélicas não se estabelecem.

Este tópico do trabalho trataria da atuação das igrejas evangélicas em relação a participação das mesmas em políticas de preservação ambiental em comunidades evangélicas. Porém nada foi encontrado. O pastor da Igreja Assembléia de Deus da Comunidade de Nova Canaã afirmou que sua Igreja não trabalhava questões ambientais até o presente momento, porém iria pensar em algo para o futuro. Mesmo assim, é cedo para dizer que essas Igrejas não têm interesse em assuntos relacionados a questão da conservação ambiental, e até mesmo a questões sociais. Porém a forma de atuação das Igrejas evangélicas tem um foco voltado para o trabalho teológico, que seria mais importante do que a intervenção em políticas sociais.

As igrejas evangélicas que estão hoje no setor Coraci são a Adventista do Sétimo Dia e a Igreja Pentecostal Assembléia de Deus. A primeira tem sua chegada ao Brasil se deu através da imigração de alemães para o país na metade do século XIX até quase seu final. O primeiro pastor da Igreja Adventista chegou a Santa Catarina para batizar pessoas da colônia alemã, onde já era percebida a ação de guardar o sábado. Além de uma literatura adventista circulando no espaço nacional já era possível perceber alguns crentes convertidos à Igreja Adventista. Considerada como uma Igreja Missionária (Schunemann, 2003), sua expansão para outras regiões foi inevitável, pois a primeira literatura adventista impressa no Brasil em português:

Foi feito por pessoas como Guilherme Stein Jr., que traduziram algumas obras de Ellen White consideradas fundamentais além de publicar uma revista para evangelização em português. O que queremos ressaltar é a fusão de aspectos da mentalidade germânica com a mentalidade adventista do sétimo dia no Brasil. Alguns intelectuais brasileiros defendiam a imigração européia, em especial, a alemã (SKIDMORE, 1989), por esta razão supomos que havia um "clima" favorável aos adventistas alemães para assumirem o trabalho da Igreja Adventista no Brasil. (Schunemann 2003 p. 35)

Esse trabalho missionário reflete o comportamento da Igreja em diferentes âmbitos onde a mesma se concentra. Sua entrada na Amazônia também é uma parte do objetivo das Igrejas missionárias e com intuito do proselitismo e também a salvação das almas que precisam de apoio espiritual. A Igreja Assembléia de Deus, que para alguns estudiosos foi a Primeira Igreja Pentecostal no Brasil, se enquadra no pentecostalismo por estar baseada na possibilidade do “batismo no espírito santo” que seria o ato de falar em “línguas estranhas” ou “língua dos anjos” o que se denomina de Glossolalia<sup>11</sup>. Essa é a principal característica das Igrejas Pentecostais.

Alguns pesquisadores especialistas no estudo do Pentecostalismo no Brasil como Ricardo Mariano e Paul Freston subdividem as fases do pentecostalismo. Sendo a Primeira onda que surge ainda no início do século XX a partir da chegada da Congregação Cristã no Brasil (1910) e da Igreja Assembléia Deus introduzida em Belém do Pará (1911) pelos chamados iniciadores da Missão da Fé Apostólica (Freston, 2006, p. 23).

Não iremos tratar aqui das outras fases do pentecostalismo, entretanto é importante entender o processo de solidificação das duas Igrejas (Assembléia da Deus e Adventistas) no Brasil e sua história de atuação e objetivação para suas expansões pelo mundo. Importante também trazer para discussão a formação das duas igrejas trabalhadas acima, da mesma forma como foi feita o histórico de atuação da Igreja Católica, esta última trabalhando nas áreas de marginalização econômica de acordo com as mudanças no pensamento teológico de uma ala da Igreja Católica que refletiu tal situação.

Já as igrejas Evangélicas encontradas nas Comunidades de Nova Canaã e Matusalém, não apresentam em sua formação um engajamento político, o que pode ser

---

<sup>11</sup> Dom sobrenatural, concedido aos apóstolos no dia de Pentecostes, pelo qual se tornaram capazes de falar várias línguas (<http://www.dicionarioinformal.com.br/glossolalia/> )

explicado pelo curto período de atuação e até mesmo a epistemologia teológica se comparada a da Igreja Católica.

Se analisarmos as características das duas igrejas evangélicas acima, não percebemos que as instituições estão voltadas a uma missão educacional ou questionamentos em relação às políticas vivenciadas ao longo do tempo, mas sim para uma expansão para todos os espaços possíveis do mundo. Saindo de países ricos e passando para países mais pobres que vivem realidades diferenciadas e mesmo assim as Igrejas não se atentaram, nem no início de sua formação e nem atualmente como percebemos na pesquisa de campo no setor Coraci e na RDSA de forma geral. Sempre vale ressaltar aqui que não se julga se é certo ou errado, mas mostrando de fato o que foi o trabalho das instituições religiosas e seu percurso na região analisada. No caso das Comunidades visitadas em nossa pesquisa é evidente que as comunidades estiveram envolvidas em questões de relevância ambiental e, mesmo assim, as Instituições Evangélicas não manifestaram apoio a essa especificidade vivida nas Comunidades.

## 5. A COMUNIDADE SÃO JOÃO DO IPECAÇU

### 5.1 A formação da comunidade e seu perfil atual.

Segundo o relatório de pesquisa sobre a ocupação humana de parte da área da Reserva Amanã, elaborado por Alencar (2007), e que está relacionado ao século XX, a história do Amanã compreende dois momentos que foram determinantes na forma de ocupação da região. O primeiro refere-se a “ocupação de área de terras firmes para a realização de atividades extrativistas e a exploração de rios e lagos”, até os anos 1960 (ALENCAR, 2007 p. 29). E o segundo momento ocorre a partir da formação das comunidades, que agregou famílias que residiam de forma espalhadas, com forte atuação da Igreja Católica, “desenvolvendo atividades econômicas voltadas para agricultura e o manejo dos recursos naturais, já depois da década de 1960” (ALENCAR, 2007 p. 29). A ocupação do Amanã se deu por vários fatores, dentre eles, estão os fatores econômicos. As casas eram construídas estrategicamente:

À entrada de um igarapé que dava acesso a um lago ou áreas de terra firme onde estavam os seringais; à entrada de um rio, como o Tambaqui; Paranás como o Coraci e Amanã, ou às margens de lagos como o Amanã, o Urini e o Ipecaçu. A dispersão espacial das casas era uma característica do povoamento que predominou até o início dos anos 70 do século XX (ALENCAR, 2007 p. 31).

A Igreja Católica foi primordial nessa região para a formação e organização de comunidades na Reserva Amanã, como vimos anteriormente. Essas ações também motivaram um modelo de ocupação voltado para a formação das comunidades e que também estão associadas ao trabalho de conscientização em relação à preservação ambiental promovida por Irmão Falco (Alencar, 2007).

Campelo (2012) afirma que uma das finalidades da Igreja Católica para formar comunidades as margens dos rios, como ocorreu no São João do Ipecaçu, era o combate a pobreza, além da retirada de ex-seringueiros de estradas criadas perto de seringais onde algumas famílias residiam ao longo da floresta, na região do Médio Solimões.

A formação das “comunidades” no médio Solimões foi uma estratégia do MEB e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) de reagrupar as famílias que ocupavam as estradas dos antigos seringais. Essa estratégia tornava possível um novo arranjo espacial, “no qual os ex-seringueiros e seus descendentes eram chamados a deixar as antigas colocações, ou localidades, para se reunir

em comunidades, na beira dos rios”, com o objetivo de ‘combater a pobreza’ da população que habitava as margens do Solimões e afluentes (Campelo, 2012 p. 13).

Formada ainda na década de 1980, a Comunidade do São João do Ipecaçu está localizada no Setor Coraci na RDSA no Estado do Amazonas à margem esquerda do Paraná do Coraci. Teve sua formação incentivada pelas ações da Igreja Católica através do MEB e do Irmão Falco. Foi fundada em uma área de terra firme, onde os períodos de seca e cheia dos rios não interferissem no assentamento das famílias, e também levaram em consideração as condições para produção agrícola e o pescado, sendo a subsistência ainda o fator primordial para a sustentação das famílias. Vale ressaltar que e antes de se tornar uma Comunidade o lugar era denominado de “localidade”<sup>12</sup>.

No início de sua formação a localidade contava com poucas pessoas, entre elas estão: Seu Quirino, Joaquim Ribeiro, Isaias Lima, Elisa (Branquinha), Erli das Chagas e mais tarde seu marido Valdir das Chagas (Alencar, 2007). Essas pessoas, provavelmente estão ligadas a antigos povoados e moradores, que foram trazidos pelo grande capital para trabalhar ainda no contexto da extração da borracha nesse período.

O lugar escolhido para formar a Comunidade está localizado às margens do Paraná do Coraci, uma área de fácil acesso aos lagos de pesca, além de ser uma terra favorável a agricultura. Até o início da década de 1980, ainda no período de formação do povoado, não havia escola, poço artesiano ou motor de energia. Os moradores da região recebiam aulas de alfabetização de um antigo morador que era professor, de nome José Ambrósio, que na época morava na antiga localidade chamada de Estirão do Coraci, localizada na Reserva de Amanã (Alencar, 2007 p. 86). Segundo Erli das Chagas, a casa de Seu Quirino funcionava como o espaço onde pessoas se reuniam para celebrar cultos Católicos.

A Comunidade de São João do Ipecaçu foi organizada pela Prelazia de Tefé, através do Irmão Falco, que chegou à localidade ainda no início da década de 1980 para realizar um encontro de pastoral familiar. Foi quando sugeriu aos moradores que formassem uma comunidade, pois a localidade ainda não apresentava nenhum tipo de

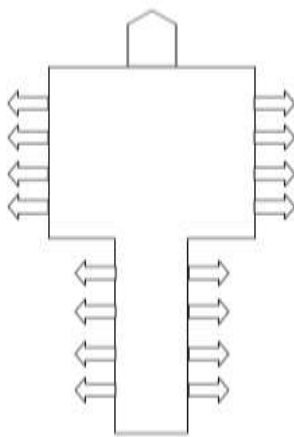
---

<sup>12</sup> Segundo alguns moradores, era como denominavam os lugares antes de se tornarem comunidades.

estrutura básica. Além disso, as famílias ainda estavam isoladas na região. Foi quando essas pessoas resolveram aceitar a ideia e começaram a roçar o local:

“Ah... foi lá pelos anos 80. Aí quando irmão Falco passou fazendo uma pastoral familiar, aí já foi umas pessoas pra catequista né, pra ser catequista da comunidade, pra reunir as pessoas, se fossem católicos, pra fazer o culto e a palavra de Deus. Aí já ajuntou. Tinha uns que morava lá com ele, eram três irmãos um morava de um lado e dois morava do outro. Aí já reuniu aqui na casa do seu Quirino porque era uma casa maior. Aí nós vinha pra cá fazer a reza, de noite né. Aí resolveram roçar aqui pra fazer a comunidade. Aí quando fizeram a comunidade, foi quando entrou um prefeito, era Antônio Simão né. Foi o primeiro prefeito que começou fazer escola já na comunidade, nas comunidades né. Aí fez essa escola aqui no São João. Aí começou a escola, a primeira escola! Antes a aula era dada nas casas, na casa do seu Quirino, tinha aula, funcionava” (Erli das Chagas entrevista realizada por Edna Alencar em 2007, na Comunidade de São J. do Ipecaçu.)

Dessa forma as famílias foram construindo suas casas e logo depois trabalharam para melhorar a estrutura do local onde estavam residindo. Erli das Chagas afirma que Irmão Falco encontrou o primeiro poço na comunidade, além de sugerir uma estrutura espacial organizada de acordo com sua sugestão. Desenho da comunidade de São João do Ipecaçu:



A Comunidade possui uma calçada (figura 06) central que é sua parte inicial e fica próxima do rio, essa calçada fica localizada entre as casas que ficam de um lado e de outro e que estão representadas pelas setas no desenho acima, logo depois vem um campo grande de gramado e que abre a Comunidade onde também fica entre casas de

um lado e de outro. E no topo da ilustração está a Igreja Católica de São João (figura 05) na comunidade.



**Figura 05:** Igreja de São João. Comunidade de São João do Ipecaçu



**Figura 06:** Calçada da Comunidade São J. Ipecaçu.

Essa relação entre igreja e os moradores fez com que os mesmos adotassem o catolicismo como religião oficial. Tal atitude acabou dificultando a relação com as pessoas da Comunidade que não eram católicas e as mesmas saíram do grupo para juntar-se a outras que eram do mesmo ideal religioso formando outras Comunidades.

A comunidade do São João do Ipecaçu conta atualmente com 40 famílias distribuídas em 36 casas. A economia dos moradores está baseada na pesca, na agricultura, e no extrativismo de recursos naturais diversos, e o artesanato tem sido um fonte de renda para as famílias. A religião predominante dos moradores da comunidade é a católica, que realizam o festejo em homenagem a São João, no mês junho, que é o padroeiro local. Segundo os moradores, há três anos não é realizado o festejo porque faleceu um morador da comunidade, e existe uma tradição não realizar festejos no mesmo período de falecimento de pessoas. As missas na comunidade são realizadas uma vez ao ano, por um padre da Prelazia de Tefé, entretanto já ocorreu, em anos anteriores, de serem realizadas duas missas. Apenas duas famílias não compartilham do mesmo credo religioso católico na Comunidade, por serem Adventistas, mas afirmam não ter problemas com os outros moradores.

A Comunidade possui uma infraestrutura básica com poço artesiano de água potável, motor de energia que funciona a partir das 18h. As famílias agora podem contar com uma escola que possui ensino fundamental e médio, e que está vinculada a prefeitura de Maraã, município ao qual pertence.

## **5.2. A formação de novas Comunidades Evangélicas e Pentecostais no setor Coraci**

O nascimento de novas comunidades pode ocorrer também a partir das diferenças de ideologias religiosas, doutrinas diferenciadas como foi o caso dos Adventistas que realizam seus cultos aos sábados diferentemente dos Católicos que realizam no domingo. Segundo o sr. Valdir e sua esposa Erli, a saída das famílias que eram evangélicas não tem relação com desentendimentos familiares, e sim com as diferenças doutrinárias:

**Valdir:** depois das famílias crescidas, e com o número de casa maior na comunidade, os Adventistas queriam fazer a igreja deles aqui, mas ninguém consentiu não, porque a gente viu que não dava certo não.

**Erli:** Primeiro [por]que os adventistas guardam os sábados e a gente (católicos) é o domingo. Celebramos nossa missa ao domingo. E quando eles estão no culto nós estamos trabalhando, aí atrapalha. E quando estamos na missa eles estão trabalhando, ai pode interromper nossa oração. Isso eu sei porque já tem adventista morando aqui e quando eles vão trabalhar com motosserra atrapalham nossa celebração. (Valdir e Maria Erli. São J. do Ipecaçu 2013).



O São João do Ipecaçu foi uma das comunidades de onde saíram pessoas para formar novas comunidades no setor Coraci e muitas vezes mantiveram-se afastadas em virtude das diferenças em relação à forma de se relacionar com a natureza. Sobre isso Lima afirma que:

Por causa da ligação do movimento à igreja Católica, as Comunidades crentes mantiveram-se afastadas. Uma crítica ao modelo Católico feita por alguns pentecostais foi a de que o movimento promovia a pobreza e não o desenvolvimento por não definir uma categoria de lagos para comercialização (LIMA, 1997 p. 300).

Além desse fator apontado por Deborah Lima, durante a pesquisa de campo pude perceber que existe no Setor Coraci uma diferença no sentido de organização das Comunidades que nasceram dos ideais de preservação ambiental, da conscientização política e das ações de alfabetização desenvolvidas pelo MEB e das quais o Irmão Falco estava presente. Segundo alguns moradores, em conversas informais, alguns evangélicos, por muito tempo acreditavam que: “*o que Deus criou nunca se acaba*”, assim não realizando a preservação. E isso vai de encontro ao que era pregado pela Igreja católica.

As duas comunidades que surgiram a partir de divisões no grupo social que deu origem ao São João do Ipecaçu são Matusalém e Nova Canaã.

### **5.2.1. A comunidade de Matusalém**

Está localizada próxima a São João do Ipecaçu, dentro de um lago que fica na margem esquerda do paraná do Coraci. Foi fundada por Augustinho Jansen, atualmente com 83 anos. O mesmo afirma ter comprado um terreno e logo depois conseguiu o título de Comunidade para o local, onde na época existiam apenas três moradores. A data exata de formação da comunidade ele não soube informar, mas afirma que foi depois da formação do São João do Ipecaçu. E quando perguntado sobre a atuação de Irmão Falco na comunidade de Matusalém, Augustinho Jansen afirmou que:

Passou lá pelo lado do São Paulo. Aqui não tinha nada, tinha uma, duas ou três casas, e lá tudo é católico, quando passou adventista, eles não vinham ali por São Paulo eles andavam não era. A lei adventista, ela faz tudo pela Bíblia e elas cortam um bocado. Aí eles achavam que eles estavam errados e eles achavam que nos estava errado. (Augustinho Jansen, Matusalém 2013)

Antes de sair da comunidade houve a tentativa de construir uma igreja Adventista, mas como as pessoas eram em sua maioria católicas a construção foi impedida. A Comunidade tem 8 casas, mas apenas com 6 famílias. A igreja é a Adventista do Sétimo Dia e segundo a família de Augustinho Janssem, a mesma não realiza trabalhos sobre educação ambiental entre outras questões sociais. Na sua origem, a Comunidade de Matusalém tinha como denominação evangélica predominante a Igreja Batista, que hoje não existe mais no local. A agricultura e a pesca são as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade.



**Figura 07:** Igreja Adventista do Sétimo dia, localizada na comunidade de Matusalém no setor Coraci.

### **5.2.2. A comunidade de Nova Canaã**

Está localizada próxima à comunidade de Matusalém, Fundada no início da década de 1990 por Isaías Ribeiro, atualmente com 64 anos, que é filho de Augustinho Jansen. Ele conta que morou em São João do Ipecaçu e que consumia muita bebida alcoólica, sendo este o motivo que levou seus pais a mudar para outro local, onde fundaram o Matusalém. E logo depois, Isaias decidiu mudar com os filhos para outro lugar, levando os filhos, e formar uma nova Comunidade, com uma nova igreja. A maioria dos moradores da Comunidade são seus filhos, que casaram e formaram suas

próprias famílias no local. Segundo o sr. Isaias Ribeiro, os moradores de Nova Canaã vivem basicamente da agricultura, voltada para a produção da farinha, e da pesca.

Isaias diz ter falado poucas vezes com Irmão Falco, mas que o mesmo não participava das reuniões. Entretanto quando perguntado se ele sabia o que Irmão Falco fazia nas reuniões:

Ele falava muito a respeito de observação, criação, plantio. Ele falava: “olha, vocês tem que plantar muito açai”, porque daqui mais um tempo tudo isso aí vai render dinheiro. Porque na época era muito farto. Era farto porque não tinha morador. (Isaias Ribeiro, Nova Canaã 2013)

Mesmo com todo o desentendimento a nível ideológico, envolvendo os moradores de São João do Ipecaçu e moradores de Nova Canaã, Isaias afirma que foi importante o contato com as ideias de Irmão Falco e que se tivesse seguido uma parte delas teria sido mais cuidadoso com o meio ambiente onde vive:

Não eu não conversava muito com ele (Falco) não, eu era esquisito não dava valor essas coisas não, pra mim era uma coisa assim que nunca ia acabar não ia acontecer o que ele falava, nunca ia acabar o peixe, a humanidade não ia crescer. Até antes da reserva aqui na Iracema em São Paulo ele separava o lago pra fazer a criação dele, eu não queria saber disso não. (Isaias Ribeiro, Nova Canaã 2013)

A Comunidade de Nova Canaã possui 12 casas ocupadas por 16 famílias, sendo que os membros dessas famílias possuem estreitos vínculos de parentesco com seu Isaias, que tem dez filhos morando na Comunidade, e mais dois que não estão mais na mesma. A Igreja Assembléia de Deus é a instituição religiosa da Comunidade, pois quando Isaias chegou à região se converteu à Assembléia de Deus.

Perguntamos ao sr. Isaias se a Igreja, em algum momento, durante esses anos em que ele é o lidar da Comunidade, já havia realizado algum tipo de trabalho de preservação ambiental. Ele informou que ele e os filhos já desenvolveram trabalhos de conservação ambiental, mas na sua fala não relaciona isso com as ações da sua Igreja. Então procuramos a liderança religiosa da Igreja na Comunidade, o pastor Reginaldo do Amaral, que não quis marcar entrevista e também disse que não queria gravar. Mesmo assim perguntamos se a Assembléia de Deus trabalhava a questão da conservação

ambiental junto aos moradores da Comunidade, ou em outras localidades, e o mesmo disse que estava há quatro meses em Nova Canaã e que não sabia de nenhum trabalho sobre essas questões. Mas afirmou que *“futuramente pensaremos na proposta”*. Contudo, eu não fiz nenhuma proposta, apenas perguntei se a Igreja trabalhava tal questão. Vale ressaltar, mais uma vez, que não estamos aqui dizendo que as instituições religiosas, seja ela qual for e em que país for, tem obrigação de trabalhar questões ambientais. Entretanto, a análise que realizo se baseia na história da atuação de instituições religiosas que atuam nas Comunidades que visitei, e onde percebi que há um histórico de forte atuação da Igreja Católica em relação às questões ambientais, e que não se verifica o mesmo em outras.



**Figura 08:** Igreja Assembléia de Deus na Comunidade de Novo Canaã.

A forma de atuação das Igrejas Adventista e a Assembléia de Deus é diferenciada da atuação da Igreja Católica, talvez por uma questão histórica. Enquanto a Igreja Católica atravessa várias fases em sua reforma litúrgica, dentre as quais destaquei a Teologia da Libertação, que provem de uma dessas reformas, e que estão voltadas às questões especificamente sociais, ou seja, a parte espiritual não é o ponto chave para uma sociedade, as outras duas Igrejas - tanto a Adventista quanto a Assembléia de Deus, estão voltadas para a consolidação de suas congregações, e sua missão é levar a

palavra de Deus segundo a Bíblia, e se estabelecer em todas as partes do Brasil. Essa é uma questão que podemos discutir em outro momento.

### **5.3 As igrejas evangélicas e a questão ambiental**

A população que reside na área da RDSM e da RDSA tem sofrido influência de novos grupos religiosos Pentecostais, em destaque, a Assembléia de Deus, cuja expansão do número de adeptos tem gerado conflitos e cisões entre os moradores de Comunidades da região, o que acaba acarretando em criação de novas Comunidades, e a redefinição dos territórios e das identidades locais.

A expansão do movimento Pentecostal na RDSM e também na RDSA, está associada a novas dinâmicas religiosas e à construção de novas identidades, e não tem atuação em ações de educação ambiental, e também não falam sobre ações de manejo de recursos naturais. As Comunidades que estão atreladas ao Movimento Protestante e Pentecostal não tem o mesmo objetivo proposto pelo MEB, no que se refere à conservação ambiental através do manejo de lagos.

Podemos perceber que as instituições religiosas interferem diretamente nas representações sobre o ambiente e nas formas de gerir os recursos naturais e na participação em atividades de manejo nas comunidades como afirma Alencar (2010), “a divisão dos moradores a partir de afiliação a credos religiosos não católicos tende a refletir em algumas práticas econômicas que contrariam acordos de manejo de recursos naturais”.

Manoel das Chagas (Nego), afirma que as Comunidades que não foram formadas pela Igreja Católica, só começaram a participar do Programa do Manejo de pesca do acordo com o IDSM, quando o seguro defeso se tornou lei. Logo abaixo, um trecho da entrevista do Nego que nos mostra o desinteresse e a dificuldade de trabalhar com moradores de Comunidades evangélicas. Ao ser perguntado se ele conhecia algum trabalho de manejo de recursos naturais, ou de preservação elaborado pelas Igrejas Adventista e Assembléia de Deus ele deu a seguinte resposta:

“[...] Não, eles participam só se alguém puxar, mas deles mesmo não. A igreja é responsável por isso, a igreja quer isso, nunca. Nunca fez e até hoje! Hoje eles estão dentro do movimento do setor, por exemplo da pesca, não é ideia da igreja deles não, isso é do movimento mesmo, e ele tá lá porque tá ganhando dinheiro, se não tivesse ganhando dinheiro ele não tava. Ajuda mutua com eles é complicado[...]”(Manoel das Chagas, São João do Ipecaçu 2013)

Manoel das chagas (Nego) mostra como é importante o processo educativo para consciência ambiental, e como os movimentos religiosos foram importantes nessa construção da relação dos comunitários e meio ambiente.

Pelo relato do fundador de Matusalém, Augustinho Janssem, é possível perceber que há um desentendimento entre as pessoas das Comunidades em virtude de suas práticas religiosas, onde um (Nego) afirma que não era possível dialogar com evangélicos, pois era difícil acertar trabalhos com os mesmos, e por outro lado um relato que diz que Comunidades que não eram católicas não recebiam assistência do MEB e nem do Irmão Falco.

Quando questionados se as Igrejas Evangélicas trabalharam de alguma forma questões ambientais, as resposta mostraram que não havia trabalho desse tipo, tanto em relação a Assembléia de Deus, quanto a Adventista, e que a questão principal é mesmo um trabalho baseado na Bíblia. Dessa forma, podemos perceber algumas diferenças de atuação das instituições religiosas na região em relação às questões ambientais, sendo esse um ponto gerador de conflito. As doutrinas e o engajamento político diferentes foram fatores que contribuíram para que os moradores não se entendessem e as formaram Comunidades separadas. Vale ressaltar que, as igrejas não são obrigadas a atuarem nesse tipo de questões, ou seja, esse trabalho buscou desenvolver uma pesquisa sobre atuação das instituições religiosas que se debruçaram sobre essas questões e não julgando a não atuação de outras igrejas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizei uma breve análise sobre a atuação das Igrejas Católica e Evangélicas em relação às políticas de conservação de recursos naturais, tomando a Comunidade de São João do Ipecaçu, Matusalem e Nova Canãa, como local de estudo. Na pesquisa procurei identificar de que maneira as questões ligadas à conservação de recursos naturais foi, e está sendo, trabalhada ou não por lideranças religiosas e como aconteceu esse trabalho; identificar se algumas práticas de manejo de recursos naturais propostas inicialmente pelo MEB estão sendo trabalhadas por outras igrejas presentes nas comunidades, e identificar as mudanças ocorridas no comportamento da população em relação a forma como se relacionam com seu ambiente, a partir da chegada do catolicismo, dos evangélicos protestantes – os Adventista do Sétimo Dia -, e do Pentecostalismo – a Igreja Pentecostal Assembléia de Deus -, na região.

Para a construção desse trabalho, fiz um breve histórico do surgimento dos movimentos ambientais, que abordaram inicialmente o tema da degradação do meio ambiente, e debateram a relação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais, desenvolvimento econômico e social. Esses movimentos surgem na Inglaterra durante a revolução industrial, quando predominava a ideia do domínio do homem sobre a natureza, vista como uma propriedade e instrumento para o desenvolvimento e do progresso. Atualmente ainda persiste essa mentalidade de que a natureza é recurso inesgotável, expressa nas ações que desrespeitam o meio ambiente e seus ciclos, fazendo da fauna e da flora um instrumento de enriquecimento, sem pensar nos impactos ambientais e nas gerações futuras.

Na segunda metade do século XX algumas organizações da sociedade civil e instituições como a Igreja Católica fizeram parte de um movimento que questionou esse tipo de relação, sendo esse um dos pontos principais desse trabalho. Com a Teologia da Libertação nasceu de um movimento separatista e intelectual dentro da Igreja Católica, e que se voltou para estudar a realidade social de países pobres da América Latina, e que não acreditava que a desigualdade e os problemas decorrentes da exclusão como fome e miséria eram parte dos “planos de Deus”, como muitas instituições religiosas pregam.

O conceito de sustentabilidade foi discutido nessa pesquisa e vimos que esse conceito foi elaborado no relatório de Brundtland em 1987 onde várias discussões em torno da utilização dos recursos naturais foram refletidas e preconizando uma forma de uso racional da natureza. E no âmbito do conceito foram criadas, mais tarde, estratégias para realizar a exploração dos recursos naturais como a criação de unidades de conservação e reservas sustentáveis.

O movimento que surge a partir da ideologia proposta pela Teologia da Libertação leva à criação das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBS), que no Brasil foram importantes para que esse grupo da Igreja pudesse começar um trabalho sócio-educativo nas Comunidades afastadas do centro de poder econômico, e que pudessem também ser autônomas em sua organização, além de poderem lutar de forma justa por direitos. Nas Comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas onde a Igreja Católica trabalhou, fica evidente a importância das ações implementadas através do MEB.

Um ponto relevante desse trabalho foi o histórico de atuação da Igreja Católica através do MEB, que foi responsável pela organização das Comunidades, pela formação dos Setores, pela organização política dos ribeirinhos, pelas propostas de projetos de manejo de recursos naturais; pelas ações educativas através das Escolas Radiofônicas; pela realização de eventos com o objetivo de discutir questões de saúde, educação e meio ambiente. Vale destacar o trabalho realizado pelo Irmão Falco e pelo MEB que levaram aos moradores das Comunidades uma habilidade para gerir seus próprios recursos. A igreja católica apresentou instrumentos para a emancipação política, criados e fortalecidos por missionários que tinham em mente o apoio e a consolidação dessas Comunidades.

A Comunidade do São João do Ipecaçu (Católica) foi principal campo de pesquisa, visto que a comunidade apresentou uma forte organização política e religiosa, além de ser o início de duas outras comunidades: Matusalém e Nova Canaã, também visitadas, essas que são provenientes de outras instituições religiosas. Vale destacar o trabalho realizado por Instituições Religiosas, pois de alguma forma as mesmas irão interferir na maneira de ver e viver as relações sociais e de forma geral. Porém, nem sempre uma Instituição Religiosa está focada no trabalho social, educativo e ambiental de forma direta.



A atuação da Igreja na Prelazia de Tefé teve um importante papel no que se refere à organização e formação das Comunidades e a relação delas com o meio ambiente. O conflito gerado pela diferença de doutrinas religiosas está presente, mas ainda não é considerado um fator de disputa por território no que diz respeito ao setor Coraci, pois as Comunidades compartilham do mesmo setor e das mesmas políticas de manejo nos dias de hoje.

As Igrejas Adventistas e Assembléia de Deus, não fizeram parte do processo de educação ambiental no setor Coraci, pois estas não estão voltadas para esse tipo de trabalho. A história dessas outras Instituições ainda passa por muitos conflitos internos e ainda estão em constantes cisões, onde a expansão e o crescimento em número ainda é algo muito forte. Talvez, o engajamento nesses assuntos ainda esteja por vir, como aconteceu também com Igreja Católica que por muito tempo foi uma das instituições que provocou atrasos sociais em vários momentos da história. Esse trabalho está longe de ser esgotado, uma vez que ainda há muito que o campo de pesquisa é muito vasto, visto que o tempo passa e novas tendências, outras realidades vão se consolidando ou se transformando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edna Ferreira. **Relatório Final Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA)**. Santarém/ Tefé, outubro de 2007.

ALENCAR, Edna Ferreira. **Memórias de Mamirauá**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2010.

ALENCAR, Edna Ferreira. **O tempo dos padrões “brabos”**: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM Universidade Federal do Pará, Belém, 2009

ALENCAR, Edna Ferreira. **Paisagens da memória**: Narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. Teoria e Pesquisa, V. 16, 2008.

ARNAUD, Expedito. **Os índios Palikur do rio Urucauí – Tradição tribal e protestantismo**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi 1984.

BETTO, Frei. (1981), **O que é comunidade eclesial de base**. Editora Brasiliense, São Paulo.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 8ª Ed. Vozes, Petrópolis 2001.

CAMPELO, Douglas. **Cultura Material e identidade local: produção e circulação de objetos artesanais em comunidades dos Setores Solimões de Cima I e II - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Médio Solimões**. Relatório técnico das atividades de bolsa. Tefé, Amazonas. Janeiro de 2012

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. REVISTA USP, São Paulo, n.67, 2005. p. 100-115. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/08-campos.pdf>>.

CAMURÇA, Marcelo. **Panorama religioso do Catolicismo e do Protestantismo no Brasil**. Revista Magis, cadernos fé e cultura nº 14 PUC Rio de Janeiro 1996.

CLIFFORD, James. **Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Ed UFRJ Rio de Janeiro, 1998.

COHEN A. Apud LEMOS, Carolina. **A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião**. Estudos de Religião, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009

CUNHA, Luis Henrique. **Igreja e Manejo Comunitário de Lagos na Várzea Amazônica**. NAEA/UFPA; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasil, 1998

**Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, de junho de 1992.

**Departamento MEB Tefé**: Relatório do ano de 1991.

**Departamento MEB Tefé**: 35 anos de atuação 1998.

**Departamento MEB Tefé**: Projeto de atuação 1962.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana: **O mito moderno da natureza intocada**. 3.a ed. — São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DUSSEL, Henrique. **Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Ed. Vozes; Petrópolis, RJ 1997.

**Estocolmo, 5-16 de junho de 1972**. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano.

ESTERCI, Neide. **Conflitos Ambientais e Processos classificatórios na Amazônia Brasileira**. Dep. De Antropologia Cultural – IFCH. Boletim Rede Amazônia, ano 1 nº 01, 2002.

FRESTON, Paul. **Pentecostalismo**. Seminário Unipop. Belém: Universitária, 1996

GALVAO, Eduardo. **Santos e Visagens**: Um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. São Paulo Cia. Editora Nacional 1976

GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**. LTC Rio de Janeiro, 2008

LEIS, Hector. **Modernidade Insustentável**: As críticas ao ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: CLAES Centro Latino Americano de Ecologia Social Coscoroba, 2004.

LIMA, Deborah. **Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade**: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. **Faces do trópico úmido**: Conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pinton organizadoras – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental**. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. Estudos Avançados 19 (54), 2005.

MALINOWSKI, **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Malinowski, Coleção Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo 1976.

MAMIRAUÁ. **Um guia de história natural da várzea amazônica**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001.

MAMIRAUÁ. **Plano de manejo**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá.1996.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2ª edição 2005

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **A Ilha encantada: Medicina e Xamanismo numa comunidade de pescadores**. Editora da Universidade Federal do Pará. Edição do ano de 1990. Belém.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, Pajés, Santos e festas: Catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico no interior da Amazônia**. Belém. CEJUP, 1995.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Relume Dumará. Rio de Janeiro 1992

MENDES, Estevane. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalã**. [Doutorado]. Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDONÇA, Marcelo R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

NEVES, Delma Pessanha. **Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional**. NAEA v. 12, n. 1, p. 67-92, jun. ISSN 1516-6481, 2009

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. 2ª Ed: Paralelo 15, UNESP São Paulo; 2000.

PRITCHARD, Edmund Evans. **Os Nuer: numa descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Perspectiva, São Paulo. 1978.

RAPOSO, Maria. **Movimento de Educação de Base – MEB: discursos e prática – 1961 – 1967**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro 1982.

REIS, Marise. **Arengas e Picicas: reações populares a reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Amazonas**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Belém 2005.

**Revista Historiador**. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. P. 203 Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>> Acesso em: 01 mar 2013.

SCHUNEMANN, Haller. **A inserção do Adventismo no Brasil através da comunidade alemã**. Revista de Estudos da Religião N° 1 / 2003 / pp. 27-40 PUC São Paulo, 2003.

SMITH, Thomas L. **Organização rural: problemas e soluções**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. p. 25-124.

SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais (1500-1800). Companhia de letras, São Paulo 2010.

TONNIES, F. Apud LEMOS, Carolina. **A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião**. Estudos de Religião, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia compreensiva Vol. 2 Ed UNB, São Paulo 2004.

Avivamento Azul. **História da Assembléia de Deus no Brasil**. Disponível em: <<http://avivamentoazusa.blogspot.com/2007/12/histria-da-assembleia-de-deus-no-brasil.html>>. Acesso em: 11 jan de 2013.

Construção 100% sustentável <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI223321-16642,00-CONSTRUCAO+SUSTENTAVEL.html> Visualização em 25/02/2013

CONSTITUIÇÃO CONCILIAR SACROSANCTUM CONCILIUM SOBRE A SAGRADA

LITURGIA [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vatii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html) visualização em 20/05/2012

Dicionário Informal. **Glossolalia**. Disponível em:

<<http://www.dicionarioinformal.com.br/glossolalia/>>. Acesso em: 02 mar 2013.

Portal São Francisco. **Meio Ambiente e Mata Atlântica: Ciclos da destruição**.

Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-mata-atlantica/ciclos-da-destruicao.php>>. Acesso em: 12 de fev. 2013..

Grupo Adventury. **História da Igreja Adventista no Mundo**. Disponível em:

<[http://grupoadventury.br.tripod.com/Materiais/IASD/Historia da Igreja Adventista no Mundo.htm](http://grupoadventury.br.tripod.com/Materiais/IASD/Historia_da_Igreja_Adventista_no_Mundo.htm)>. Acesso em: 08 mar 2013.

Unidades de Conservação(UCs) <http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>  
Visualizado em 01/03/2013